

Universidade Federal do Pampa

**Trabalho de Conclusão
de Curso**

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A
EFETIVAÇÃO DE DIREITOS JUNTO AO GRUPO
MÃOS DADAS NO CRAS PASSO**

**Acadêmica: Maria Camila Guimarães
Orientador: Prof. Dr. Tiago Martinelli**

SÃO BORJA/RS

2012

MARIA CAMILA GUIMARÃES

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS JUNTO AO GRUPO MÃOS DADAS NO CRAS PASSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Martinelli

**São Borja
2012**

MARIA CAMILA GUIMARÃES

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS JUNTO AO GRUPO MÃOS DADAS NO CRAS PASSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em: 05 de Janeiro de 2012
Banca examinadora:

Prof. Dr. Tiago Martinelli
Orientador
Serviço Social - UNIPAMPA

Profª. Drª. Elisângela Maia Pessôa
Serviço Social - UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha família. Especialmente às minhas mães Rosa Cecília L. Guimarães e Neiva Guimarães Ferraz, e ao meu companheiro Deivid P. Vieira, pelo apoio incondicional e compreensão que me fortaleceram ao longo deste caminho.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus familiares por todo apoio e incentivo a minha educação. Especialmente ao meu avô materno José Brigido Guimarães, por todas às vezes que me levou e buscou da escola, por ter segurado a minha mão nos momentos difíceis, dedicando a mim o amor de um pai. Agradeço pelo privilégio que eu tive de conviver com você e apreender seus conhecimentos e valores, que hoje são tão raros em minha geração.

Agradeço a minha mãe Rosa Cecília L. Guimarães e a minha tia, madrinha e mãe Neiva Guimarães Ferraz pelo esforço, e dedicação para que a minha formação profissional fosse alcançada. Com vocês compartilho todas as alegrias deste momento final da graduação e dos próximos dias de felicidade que virão.

Agradeço a todos os colegas do Curso de Serviço Social, pelo diálogo, pela troca de conhecimentos, e alegrias proporcionadas ao longo do processo de graduação. Especialmente à Jaiane, à Maraelaine e à Elem, minhas colegas e amigas que dividiram comigo diversos momentos também no Campo de Estágio.

Agradeço as Assistentes Sociais Marta Rejane Flores de Almeida e Aline dos Reis, que foram minhas Supervisoras de Campo durante o Estágio em Serviço Social, pelo conhecimento transmitido, pelos conselhos, e pelas experiências vividas, que muito agregaram na constituição de minha identidade profissional.

Agradeço aos profissionais e usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bairro do Passo e da Secretaria Municipal de Habitação de São Borja, por terem-me acolhido enquanto estagiária de Serviço Social nestas instituições.

Agradeço a Prof^ª. Dr^ª. Elisângela Maia Pessôa que me orientou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso I, esclarecendo minhas dúvidas, e me auxiliando em todos os momentos que a procurei. Tenho uma imensa admiração pelo seu trabalho, pela sua competência profissional e sensibilidade, ao mesmo tempo, para

compreender os processos vivenciados pelo outro, demonstrando sempre disponibilidade para nos ouvir e dialogar. Sendo para mim a maior referência da Assistente Social que um dia eu gostaria de ser.

Agradeço ao Prof. Dr. Tiago Martinelli, que acompanha meu processo de formação profissional desde o Estágio em Serviço Social como Supervisor Acadêmico. Sendo também o meu Orientador no desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso. Tenho muito a agradecê-lo, por todas as orientações, pelos esclarecimentos, pelas exigências, e pela paciência, pois, entendo que meu amadurecimento enquanto estagiária e futura profissional e o desenvolvimento deste trabalho é resultado do processo que vivenciamos ao longo destes semestres.

Por fim agradeço a Universidade Federal do Pampa, aos professores do Curso de Serviço Social e demais profissionais que contribuíram através de seu conhecimento no desenvolvimento da minha graduação. A todos muito obrigada.

"Se não houver frutos, valeu a beleza das
flores;
Se não houver flores, valeu a sombra das
folhas;
Se não houver folhas, valeu a intenção da
semente".

Henfil

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um Relatório Teórico Prático de Estágio. Desenvolvido a partir de análises e discussões, construídas a cerca da Política de Assistência Social ao longo do processo de formação em Serviço Social. Abordando-se neste estudo a Política de Assistência Social articulada às experiências de intervenção realizadas pela Estagiária de Serviço Social com o grupo de Convivência de Mulheres denominado Mãos Dadas no Centro de Referência de Assistência Social do Bairro do Passo. Destacando-se a relevância do relato de experiência para a explanação sobre o processo de intervenção em Serviço Social objetivando a efetivação de direitos das usuárias do Grupo de Convivência Mãos Dadas, permitindo-se subsidiar a construção de novas estratégias de atuação aos profissionais que trabalham com a Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Serviço Social. Estratégias de Intervenção.

ABSTRACT

This work consists of Course Completion Report on a Theory of Practical Training. Developed from analysis and discussion, built around the Social Assistance Policy in the process of training in social work. Addressing in this study Social Policy articulate the experiences of intervention undertaken by the Trainee Social Coexistence with the group called Hands of Women at the Center for Social Assistance Reference Quarter Passo. Highlighting the relevance of the experience report for the explanation of the process of intervention in social services aimed at enforcing rights of users of Group Living Hands, allowing to subsidize the construction of new operating strategies to professionals working with Social Assistance Policy.

Keywords: Social Assistance Policy. Social Service. Intervention Strategies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.	12
2.1	Sistema de proteção Social, Política Social e Assistência Social: Algumas Definições.....	12
2.2	O caráter assistencialista que atravessa a constituição das políticas sociais	14
2.3	A nova concepção da Assistência Social como uma Política Pública a partir da Constituição Federal de 1988.....	18
2.4	O projeto profissional do Serviço Social atrelado as políticas sociais e ao princípio de cidadania	26
3	A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BAIRRO DO PASSO EM SÃO BORJA	31
3.1	O CRAS Passo em São Borja	35
3.2	O Serviço Social e o trabalho com grupos no Centro de Referência de Assistência Social	42
4	AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DESENVOLVIDAS JUNTO AO GRUPO DE CONVIVÊNCIA MÃOS DADAS.....	46
4.1	O grupo de Convivência Mãos Dadas como parte do processo de intervenção do Serviço Social.....	46
4.2	Reflexões sobre o processo de intervenção profissional do Serviço Social junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas.....	64
	Considerações Finais.....	69
	Referências	71
	Apêndice	76

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho intitulado “A Política de Assistência Social e a Efetivação de Direitos Junto ao Grupo Mãos Dadas no CRAS do Bairro do Passo” versará sobre o processo para garantia de direitos, através da Política de Assistência Social, com o grupo de Convivência de Mulheres denominado Mãos Dadas. Abordando-se as estratégias de intervenção em Serviço Social construídas a partir do desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social I e II realizado no Centro de Referência de Assistência Social do Bairro do Passo de Agosto de 2010 a Julho de 2011.

Por meio deste trabalho objetiva-se apresentar reflexões sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social, analisando as estratégias de intervenção realizadas por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos integrante da Política de Assistência Social.

Tendo em vista o projeto profissional do Serviço Social este trabalho possui a orientação teórico-metodológica do Método Dialético Crítico e as suas categorias de totalidade, historicidade e contradição para leitura da realidade das práticas de intervenção realizadas. Desenvolvendo-se por meio deste trabalho a análise qualitativa dos documentos e instrumentos utilizados a partir da intervenção no estágio em Serviço Social. Sejam eles: Diário de Campo, Análise Institucional, Plano de Estágio, Projeto de Intervenção, Relatórios do Projeto de Intervenção e Relatório Final de Estágio.

Sendo relevante a análise dos instrumentos elaborados no processo de estágio em Serviço Social para dimensionar o alcance dos objetivos da intervenção com os usuários por meio do acesso a informações sobre direitos, na ampliação de espaços de debate e reflexão a cerca da Política de Assistência Social, para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

Assim, verifica-se na composição deste trabalho a estruturação de três capítulos para o melhor desenvolvimento do tema. Sendo apresentado no segundo capítulo deste trabalho, que corresponde ao “Processo Histórico de Consolidação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil”, algumas definições quanto a Política de Assistência Social. Analisando-se o processo de sua constituição enquanto uma Política de Estado no cenário brasileiro. Abordando-se os diferentes

fatores que marcam este processo, a partir de autores que integram o referencial teórico deste trabalho.

Desenvolvendo-se no terceiro capítulo deste trabalho à “Implementação da Política Nacional de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social do Bairro do Passo em São Borja” à análise das ações realizadas no âmbito da Assistência Social nesta instituição. Abordando-se também o trabalho desenvolvido com grupos pelo Serviço Social nos CRAS.

No quarto capítulo destacam-se “As Estratégias de Intervenção em Serviço Social Desenvolvidas Junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas”, verificando-se a articulação destas com a Política de Assistência Social. Dando-se ênfase aos eixos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que compõe o projeto profissional dos Assistentes Sociais para a efetivação de direitos das usuárias do Grupo de Convivência de Mulheres do CRAS do Bairro do Passo. Ainda neste capítulo, são apresentadas reflexões sobre os limites e possibilidades do processo de intervenção em Serviço Social, desenvolvido junto ao grupo de convivência.

Finalizando-se o Relatório Teórico Prático de Estágio são apresentadas as Considerações Finais sobre o trabalho. Seguidas das obras que compõe as Referências utilizadas na elaboração do mesmo, bem como trazendo os seus Apêndices.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.

Este capítulo apresentará primeiramente uma definição das principais categorias teóricas que norteiam o estudo a cerca da Política de Assistência Social e adensará a análise de seu processo histórico de constituição partindo de uma concepção Assistencialista que marca a sua gênese, chegando ao seu novo entendimento enquanto uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988. Ainda abordará a relação do Serviço Social e seu projeto profissional atrelado às políticas sociais e as manifestações da questão social enquanto objeto de sua intervenção profissional.

2.1 Sistema de Proteção Social, Política Social e Assistência Social: Algumas Definições

Para compreender o processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social e os desafios de sua consolidação como uma política pública faz-se necessário analisá-la situando-a no contexto em que o Estado buscou enfrentar a questão social e as situações de risco social¹ instituindo um sistema de proteção social por meio de políticas sociais e os fatores que influenciaram este processo.

A proteção social é definida como “[...] um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais” (JACCOUD, 2009, p. 58).

Deste modo as políticas sociais enquanto iniciativas do Estado para promover a proteção social:

[...] fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de realizar fora da esfera privada o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate as desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2009, p. 60).

¹“Trata-se dos riscos a que estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais, coletividades que se encontram fora do alcance da rede de segurança propiciada pela proteção social pública e que, por isso, se encontram em situação de vulnerabilidade [...]” (COUTO; YASBEK; RAICHELIS, 2010, p. 53).

O caráter público das políticas sociais refere-se “[...] à coisa pública, do latim *res* (coisa), *pública* (de todos), ou seja, coisa de todos, para todos, que compromete a todos” (PEREIRA, 2008, p.173). Nesta perspectiva o Estado envolve-se no atendimento de demandas sociais por meio de ações públicas e a sociedade envolve-se exercendo o controle destas ações.

Destaca-se que “[...] ao contemplar todas as forças e agentes sociais, comprometendo o Estado, a política social se afigura uma política pública, isto é, um tipo dentre outros de política pública” (PEREIRA, 2008, p. 173). Pois as políticas públicas se diferenciam “[...] entre as que regulam atividades econômicas de interesse público (estatais ou privadas) e as que implementam os direitos sociais” (SIMÕES, 2009, p. 279).

O conceito de políticas social também está fortemente relacionado aos conceitos de “[...] necessidades sociais e direitos de cidadania” (PEREIRA, 2008, p. 163) uma vez que “[...] mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada” (PEREIRA, 2008, p. 165).

A cidadania pode ser considerada na sociedade o usufruto de direitos civis, políticos e sociais. Onde os direitos civis compreendem: “[...] o direito à vida, à liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à propriedade privada, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei [...]” (COUTO, 2006, p. 47). E os direitos políticos “[...] se traduzem pelo direito de votar e ser votado, direito à associação e a organização política” (COUTO, 2006, p. 47). Sendo destacado que estes “[...] são direitos exercidos pelos homens individualmente, e tem por princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para seu exercício [...] ou no caso dos direitos políticos, exercê-los na esfera de intervenção no Estado” (COUTO, 2006, p.35).

Já os direitos sociais²

[...] são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. [...] Ancoram-se na idéia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar desigualdades sociais (COUTO, 2006, p. 35).

²São direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p. 7).

Ao analisar a construção da cidadania pela constituição de direitos civis, políticos e sociais no curso histórico brasileiro observa-se que este não foi um processo linear, pois este conjunto de direitos não foram criados no mesmo contexto e exercidos conjuntamente. Ocorrendo nesta trajetória avanços e retrocessos, onde os direitos sociais muitas vezes foram consolidados em detrimento de direitos civis e políticos (CARVALHO, 2004).

Desta forma, entende-se que a cidadania é fruto de um processo histórico de construção. Guardando características da formação social, econômica e política da sociedade brasileira que influenciaram a constituição deste conjunto de direitos. Para tanto, faz-se necessário a articulação destes direitos para o pleno exercício da cidadania. Pois o exercício de apenas “[...] certos direitos como à liberdade de pensamento, e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros como a segurança e o emprego” (CARVALHO, 2004, p. 8).

Neste sentido as políticas sociais vêm garantir o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sociais. Ao definir política social deve-se observar que esta se refere:

[...] à política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativas privadas, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2008, p. 172).

As políticas sociais positivam direitos por meio das legislações visando atender a demandas sociais, estabelecendo normas e princípios norteadores de modo a intervir e transformar a realidade. Portanto a Política de Assistência Social é uma política pública de responsabilidade do Estado para com a sociedade e é também uma política social que vem a garantir direitos sociais aos seus usuários. Como uma política de ação possui legislações que regulamentam e organizam suas ações, estabelecendo normas, princípios e diretrizes para sua execução.

2.2 O caráter assistencialista que atravessa a constituição das políticas sociais

Ao analisar a trajetória histórica da Assistência Social observa-se que a prática de assistir ao próximo estava presente desde as sociedades mais antigas,

sendo desenvolvida por entidades religiosas – com ênfase na igreja católica – e órgãos filantrópicos caracterizando-se por uma ação de caridade destinada aos pobres, doentes, idosos, ou incapazes que de alguma maneira encontravam-se frágeis e necessitavam de ajuda para sobreviver (SPOSATI, 2003).

No Brasil, até 1930, a questão social decorrente da situação de pobreza da população era compreendida como “casos de polícia” pelo Estado, sendo tratados de forma repressiva. A pobreza era vista como um desvio pessoal, e “[...] os problemas sociais eram mascarados e ocultados sob forma de fatos esporádicos e excepcionais” (SPOSATI, 2003, p. 41).

A partir de 1930 com o processo de industrialização brasileiro e a emergência da questão social compreendida neste contexto como “[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos engendrados pela sociedade capitalista historicamente resultante da constituição do operariado” (SPOSATI, 2003, p. 27). Tornou-se necessário o desenvolvimento de algumas ações assistenciais pelo Estado, mas com o intuito de atenuar os conflitos na relação entre o Capital e a força de trabalho. Constatando-se que a constituição das políticas sociais e de um sistema de proteção social foram:

[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento em geral setorializadas e fragmentadas às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI 2007, p. 51).

As políticas sociais no contexto brasileiro foram consolidadas, em meio a profundas desigualdades sociais, exploração da classe trabalhadora aos interesses do modo de produção e acumulação capitalista. Destacando que as políticas sociais constituíram-se de forma assistencialista, como benesses concedidas pelo Estado para atender algumas necessidades das classes subalternas e assim, manter o controle evitando conflitos. Estes são fatores presentes que reafirmam a dependência e a subordinação dos sujeitos, sendo os usuários tratados como “assistidos”, “favorecidos” (SPOSATI, 2003).

Observa-se quanto à constituição das políticas sociais brasileiras, a sua diferenciação comparada ao movimento europeu e norte-americano de surgimento

dos direitos civis, políticos, sociais, atrelados a um projeto de Bem-Estar Social para garantir o atendimento das situações de vulnerabilidades³, onde no Brasil:

[...] o campo dos direitos percorreu uma trajetória muito peculiar. Desde sua independência, a formalidade das leis, o direito, parece não absorver a cultura de como se estabelecem as relações entre Estado, elites brasileiras e o povo em geral. Ao contrário, os traços paternalistas, clientelistas e patrimonialistas têm sido marcas constantes dessa relação, que, ao explicitá-la retarda a possibilidade de criar condições para o exercício de direitos [...] (COUTO, 2006, p.184).

A partir desta concepção entende-se que a forma como os direitos sociais e as políticas sociais foram configurando-se no contexto brasileiro carregam fortes características de sua formação histórica, de valores conservadores, patrimonialistas, que influenciaram a constituição de direitos e o enfrentamento da questão social pelo Estado.

Podendo ser constatadas estas características no período de 1937 a 1945 com a ditadura de Getúlio Vargas, em que se observa o avanço no campo dos direitos trabalhistas pelo surgimento de legislações que vieram a regulamentar as relações de trabalho, configurando-se como estratégia de sua legitimação perante a sociedade, sob interesses de controle da classe trabalhadora (COUTO, 2006).

Dentre as principais mudanças no modelo assistencial do Estado em relação aos trabalhadores neste período destaca-se a regulamentação do salário mínimo em 1940, uma vez que este já era um direito presente nas Constituições de 1934 e 1937. Também a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942 sendo a primeira instituição a prestar assistência, em um primeiro momento às famílias dos soldados de guerra e posteriormente vindo a estender sua atuação às populações pobres. Porém suas ações constituíram-se sob o foco assistencialista, compreendido por ações fragmentadas, emergenciais, fundamentadas em valores morais de benevolência. Em 1943 tem-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) criando a Carteira de Trabalho, jornada de oito horas de trabalho, férias, salário maternidade, dentre outros benefícios (COUTO, 2006).

Também neste período inauguram-se instituições como Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço

³As situações de vulnerabilidade conforme a Política Nacional de Assistência Social “[...] são decorrentes da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais ou de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras)” (COUTO; SILVA, 2009, p. 38).

Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dentre outras, desenvolvendo medidas assistenciais como o pronto socorro social que consistiam em ajuda material e financeira aos trabalhadores, bem como atividades educativas que visavam à qualificação destes trabalhadores para a indústria e comércio. No entanto fundamentadas por interesses econômicos para atender as necessidades do capital (SPOSATI, 2003).

Vale ressaltar quanto ao processo de constituição de direitos e das políticas sociais, o contexto político vivenciado a partir do golpe de 1964 e o início da Ditadura Militar. Sendo evidenciada a restrição de direitos civis e políticos através de repressão⁴. Para a sociedade a ditadura significou o fim da liberdade de expressão, de manifestação, evidenciando-se um período de retrocesso e perda de direitos até então conquistados. Caracterizando-se a ditadura por um período em que:

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greve; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito a vida era desrespeitado (CARVALHO, 2004, p.164).

Em contraponto neste mesmo período é dada ênfase à política social pelos governos militares com o intuito de pacificar a classe trabalhadora. Destacando a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, que unificava o sistema previdenciário e a criação do Fundo de Assistência Rural (FUNRURAL) em 1971, que vinculava os trabalhadores rurais a previdência social. Também em 1972 e 1973 as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos foram integrados a previdência. Acrescentam-se outras inovações na área social neste período, como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1974, da criação do Banco

⁴Os Atos Institucionais foram os principais instrumentos de repressão, sendo utilizados para cassar direitos políticos de líderes que atuavam nos sindicatos, nas universidades assim como de militares do exército que se opunham ao golpe. Por meio de Atos Institucionais foi extinta “[...] a eleição direta para presidente da República” e partidos políticos foram desfeitos (CARVALHO, 2006, p.161). O mais extremo de todos os Atos Institucionais foi o AI - 5 que fechou o congresso nacional, bem como, suspendeu o “[...] habeas corpus para crimes contra a segurança nacional” (CARVALHO, 2006, p.162).

Nacional de Habitação (BNH), que facilitava o acesso a casa própria aos trabalhadores (CARVALHO, 2004).

No entanto, ao se analisar de forma crítica este processo histórico constata-se o uso destas medidas no campo social, pelos governos como estratégia política de manutenção do poder uma vez que os direitos civis e políticos foram restringidos. Evidenciando-se no enfrentando da questão social articulação de mecanismos de repressão e ações assistenciais (SPOSATI, 2003).

Todavia, é fundamental compreender que “[...] as políticas sociais brasileiras, apesar do mecanismo assistencial, são fenômenos políticos enquanto expressão do confronto de interesses de classes” (SPOSATI, 2003, p.36). Neste sentido, ao reconhecer que o campo das políticas sociais são espaços de interesses contraditórios entre as classes, permite-se avanços nas lutas populares, sendo espaços de efetivação de direitos sociais e realização do exercício de cidadania, onde “[...] esta apreensão permite levantar a hipótese que no assistencial está contida a possibilidade de negação dele próprio e de sua constituição como espaço de expansão da cidadania às classes subalternizadas” (SPOSATI, 2003, p.35).

Esta perspectiva começa a ser construída a partir da conjuntura de lutas sociais pós 1978, que revela o fortalecimento dos movimentos populares, da classe trabalhadora, mobilizados reivindicando coletivamente, mudanças no atendimento de suas necessidades como, trabalho, remuneração, alimentação, saúde, moradia, educação (SPOSATI, 2003).

Necessidades que a partir da Constituição Federal de 1988 passam a ser compreendidas como direitos sociais, sendo atendidas por meio de políticas sociais de caráter público. Dentre elas a política de Assistência Social que a partir da Constituição Federal vem integrar a Seguridade Social Brasileira juntamente com as Políticas de Saúde e Previdência Social conforme será visto no próximo item deste capítulo.

2.3 A nova concepção da Assistência Social como uma Política Pública a partir da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, iniciou uma nova concepção da Assistência Social como uma Política Pública que vem compor o sistema de proteção social brasileiro integrando

juntamente com as Políticas de Saúde e Previdência Social, a Seguridade Social. Afirmando a Assistência Social como um direito não contributivo a ser prestada a quem necessitar (BRASIL, 1988). Destacando como principais diretrizes no desenvolvimento de suas ações pelo Estado a descentralização político-administrativa e a participação da população no planejamento e controle desta política (BRASIL, 1988).

As diretrizes trazem uma nova compreensão no desenvolvimento das ações da Assistência Social, não mais sendo campo de:

[...] uma intervenção exclusiva dos governos, uma vez que supõe a participação, em diferentes níveis, dos segmentos organizados da sociedade civil em sua formulação, implementação e gestão (RAICHELI, 2005, p.131).

Sendo necessária a utilização de mecanismos de controle social na execução desta política. O controle social pode ser exercido através da participação da sociedade nos Conselhos de Assistência Social, na fiscalização da execução destas ações, exigindo a publicização dos recursos, e também através de conferências e fóruns municipais, na definição de prioridades para esta política, que compõem os planos plurianuais de Assistência Social.

Dando continuidade ao processo de lutas e de mobilizações iniciado com a Constituição Federal no intuito de consolidar a Assistência Social como uma Política Pública em dezembro de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), destacando em seu artigo primeiro quanto a Assistência Social:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p.1).

Desta forma, com a LOAS a Assistência Social passa a ser vista como Política Pública de responsabilidade do Estado sendo um direito da população. Tendo como primeiro objetivo “[...] a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” (BRASIL, 2011, p. 1)⁵.

⁵Nova redação da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social dada através da Lei 12. 435 de 06 de Julho de 2011.

Incidindo prioritariamente sobre “[...] a família a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice” (BRASIL, 2011, p.1). Garantindo o amparo às famílias, tendo em vista também a inserção desses usuários ao mercado de trabalho. Ainda buscando por meio de suas ações promover “[...] a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 2011, p.1). Visa também promover a integração destes nas relações comunitárias, tendo como segundo objetivo “[...] a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças e danos” (BRASIL, 2011, p.1). Por fim, em seu terceiro objetivo destaca-se “[...] a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais” (BRASIL, 2011, p.1).

Outra grande conquista da LOAS refere-se ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) que compreende um salário mínimo que é garantido à pessoas com deficiência⁶ e à idosos que não possuem meios de manter-se financeiramente e nem por sua família (BRASIL, 1993). Quanto ao usuário com deficiência a Lei 12.470 de 31 de Agosto de 2011 vem alterar o conteúdo da LOAS no que se refere a concessão do BPC e a inserção deste usuário no mercado de trabalho. Garantindo a continuidade da prestação do benefício por até dois anos na condição de trabalhador aprendiz, e também assegurando ao usuário que teve o benefício suspenso devido a inserção no mercado de trabalho a possibilidade de uma nova concessão do BPC quando estiver extinta a condição de trabalho (BRASIL, 2011).

Como princípios da Assistência Social a LOAS estabelece “[...] a supremacia no atendimento as necessidades sociais, sobre exigências de rentabilidade econômica” (BRASIL, 1993, p. 2). “Isto significa que a alocação de verbas sociais não deve estar submetida à política de investimentos, visando determinado rendimento” (SIMÕES, 2009, p. 286). Ainda preza pela “[...] universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 1993, p. 2). O que supõe a articulação da Política de assistência social com as demais políticas no intuito de garantir o acesso aos direitos sociais. Destacando neste processo de garantia de direitos, o respeito

⁶“Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Nova redação dada a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social através da Lei 12. 470 de 31 de Agosto de 2011.

“[...] à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (BRASIL, 1993, p. 2).

Reconhecendo a assistência social com um direito do cidadão, e no acesso a esse direito negando-se toda forma de constrangimento pela condição social de seus usuários, destacando-se ainda “[...] a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais” (BRASIL, 1993, p. 2). Também vem garantir “[...] a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão” (BRASIL, 1993, p. 2).

A partir da LOAS são regulamentados os espaços de participação no debate e na formulação da Política de Assistência Social por meio dos Conselhos Municipais, Estaduais, e Nacional de Assistência Social, como órgãos deliberativos da Política de Assistência Social. A LOAS também fixou metas e recursos orçamentários para esta Política instituindo o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), destacando-se como competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (RAICHELIS, 2005).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em novembro de 2004 vem romper com uma prática fragmentada, de ajuda, garantindo direitos, estabelecendo a continuidade e avaliação dos programas e serviços sociais. Neste sentido, a PNAS vem assegurar a proteção social por meio de ações de inserção, proteção, promoção, prevenção que garantam seguranças sociais aos seus usuários, sejam elas segurança de rendimento e de autonomia, segurança de acolhida, e segurança de convívio familiar e comunitário. (BRASIL, 2004)

Desta forma, a partir da PNAS a proteção social é sistematizada em proteção básica e proteção social especial que se subdivide em Média e Alta Complexidade. A proteção social assegurada pela PNAS é desenvolvida na “[...] atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meio de redistribuição de renda direta e indireta e pelos serviços, que integram a rede de proteção social básica e especial” (SIMÕES, 2009, p. 297).

De acordo com a PNAS as ações de proteção social básica têm como objetivos “[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de

potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p. 27). Articulando-se as demais políticas públicas visando à superação das situações de vulnerabilidade social e prevenção de situações de risco, a PNAS estabelece “[...] o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos” (BRASIL, 2004, p. 27).

Ainda a PNAS define que os serviços de proteção social básica sejam executados diretamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como em outras unidades básicas da rede socioassistencial. Destacam-se como serviços de proteção básica ofertados no CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2009).

Os serviços de proteção social especial de média complexidade, conforme a PNAS, devem ser desenvolvidos pelo Centro Especializado de Assistência Social. Tendo por finalidade “[...] a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, em atendimento especificamente provocado pela violação de direitos” (SIMÕES, 2009, p. 318).

Neste sentido, as ações do CREAS irão intervir em uma realidade de violação de direitos, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, uma vez que a proteção social especial de média complexidade supõe que estes vínculos ainda não foram rompidos. Portanto, “[...] requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada ou de acompanhamento sistemático e monitoramento” (SIMÕES, 2009, p. 318). Quanto aos serviços de proteção social especial de alta complexidade conforme a PNAS, devem garantir:

[...] a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p.32).

Estes serviços são prestados diretamente pelo poder público. Dentre os serviços de alta complexidade destacam-se o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009).

Outro elemento que merece destaque quanto a PNAS, refere-se à instituição de um novo modelo de gestão desta política, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes (BRASIL, 2004, p.33).

A implementação do SUAS deu-se por meio da aprovação da Norma Operacional Básica (NOB- SUAS) em Julho de 2005. De acordo com o SUAS, os serviços socioassistenciais são organizados tendo como referência a vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. A vigilância social refere-se à sistematização de informações que permitam conhecer e diagnosticar as situações de vulnerabilidades da população. A proteção social já sistematizada pela PNAS orienta-se a partir do SUAS pelos princípios da matricialidade sociofamiliar⁷, pela territorialização⁸, pela proteção pró-ativa⁹, pela integração à seguridade social¹⁰, integração às políticas sociais e econômicas¹¹. E ainda, na defesa social e institucional referem-se à articulação da política de assistência social as demais políticas sociais, na perspectiva de garantir a efetivação de direitos socioassistenciais por meio de sua operacionalização (BRASIL, 2005).

A relevância do SUAS deve-se por ser “[...] um sistema descentralizado, participativo e não contributivo, que organiza e regula as responsabilidades de cada esfera de governo e da sociedade civil, em relação à Política Nacional de Assistência Social” (SIMÕES, 2009, p. 308). Para tal, o SUAS instituiu níveis de gestão para os municípios de acordo com sua capacidade de executar e financiar os serviços assistenciais. Sendo os níveis de gestão definidos em Inicial, Básica e

⁷“Refere-se à centralidade da família como núcleo central fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência Social” (BRASIL, 2009, p. 12).

⁸“Refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão dos das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para o seu enfrentamento” (BRASIL, 2009, p. 13).

⁹“Se dá principalmente no campo da proteção social básica na condição de conjunto de ações capazes de reduzir a ocorrência de riscos e a ocorrência de danos sociais” (BRASIL, 2005, p. 23).

¹⁰“Reafirma que a rede de proteção social brasileira compõe-se da previdência social, da saúde e da Assistência Social, que devem manter entre si relações de completude e integração, com a análise da incidência de riscos sociais à população brasileira” (BRASIL, 2005, p. 23).

¹¹“Refere-se à dinâmica e à gestão da Assistência Social, na medida em que grande parte das vulnerabilidades e dos riscos se concentra no âmbito social e no econômico, o que exige ações intersetoriais e de integração territorial” (BRASIL, 2005, p. 23).

Plena. Exigindo como um requisito tanto para o nível Básico e Pleno a disposição da rede de proteção social básica, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) (SIMÕES, 2009).

Quanto às conquistas alcançadas no campo da Assistência Social destaca-se que,

[...] a assistência social passa a ser pensada como uma política de direito, não como dádiva, favor, como obrigação moral de assistir aos pobres, como filantropia ou caridade, de uma prática guiada por falta de planejamento, pontual e improvisada, passa a ser definida como uma prática que exige formulação de política, métodos e diretrizes. Determinação de objetivos, critérios (FONTELE, 2007, p. 156).

Assim, a assistência social enquanto política que garante direitos, através de programas, projetos, benefícios e serviços à população necessita de planejamento de suas ações, de sua gestão, de capacitação aos profissionais que irão trabalhar diretamente na execução desta política.

Nesta perspectiva cria-se a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS) aprovada em dezembro de 2006 que vem “[...] consolidar os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da Assistência Social” (BRASIL, 2006, p. 10). A NOB-RH SUAS ressalta a importância da qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial. Por meio de diretrizes e princípios que estabelecem parâmetros quanto à gestão do trabalho, destacando a relevância da valorização, qualificação dos profissionais que atuam na Assistência Social.

Primando-se pelo caráter público dos vínculos, a gestão do trabalho deve garantir “[...] a desprecarização dos vínculos de trabalhadores do SUAS” (BRASIL, 2006, p.14) Garantindo também a qualificação permanente destes profissionais, bem como, deve realizar um planejamento estratégico das ações da Assistência Social, de forma participativa com a população permitindo o controle social na fiscalização destas ações. Além de realizar o cadastro de informações sobre as ações desenvolvidas que permite avaliar e monitorar a execução e os impactos destas na vida da população usuária (BRASIL, 2006).

Portanto, entende-se que o processo histórico construído, a partir da Constituição Federal de 1988 no âmbito da Assistência Social, deu base à materialização do Sistema Único de Assistência Social através da Lei 12.435

aprovada em 06 de Julho de 2011. Trazendo como objetivos do SUAS enquanto um sistema de gestão da Política de Assistência social:

I – consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que de modo articulado operam a proteção social não contributiva; II – integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos, e benefícios de assistência social [...]; III – estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; IV – definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; V – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; VI – estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e VII – afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de Direitos (BRASIL, 2011, p. 2).

A partir destes objetivos a gestão dos serviços, benefícios, desenvolvidos pela Política Nacional de Assistência Social fica unificada através do SUAS, sendo exercida de maneira compartilhada entre os entes federativos. Afirmando-se responsabilidades no financiamento desta política, bem como na sua organização e desenvolvimento. Sendo definido também quanto à prestação dos serviços, benefícios, programas e projetos da Política de Assistência Social a integração entre as instituições públicas que compõe o Estado e demais instituições sem fins lucrativos que “[...] prestam atendimento e assessoramento [...] bem como atuam na defesa e garantia de direitos” (BRASIL, 2011, p. 1).

Tendo em vista a construção apresentada a cerca da Política de Assistência Social, pode-se afirmar que este processo histórico foi marcado por embates políticos e ideológicos, na afirmação da Assistência Social como uma Política Pública. Onde as conquistas alcançadas revelam traços específicos e particulares de sua trajetória na sociedade brasileira. Destacando-se quando ao processo de constituição da Política de Assistência Social o entendimento de que:

[...] estamos tratando de um objeto histórico e geograficamente situado e que, portanto, estamos tratando de determinada relação de forças sociais e políticas que, no caso, constroem o regime brasileiro de assistência social (SPOSATI, 2004, p. 31).

Compreendendo-se que a Assistência Social possui características próprias de sua trajetória, enfrentando desafios cotidianos em sua efetivação, atrelados a relações de poder, e contradições presentes historicamente em sua constituição. No entanto, a partir de sua consagração como uma Política Pública passa a ser compreendida como um direito da população, possuindo mecanismos de controle

social, permitindo a participação da sociedade na elaboração e gestão de suas ações.

Portanto, entende-se que a consolidação desta perspectiva na ampliação da cidadania se dá no fortalecimento e organização dos usuários das políticas públicas, na luta pelo atendimento de suas reivindicações, uma vez que a assistência social “[...] para o enfrentamento da pobreza [...] realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2011, p. 1).

Desta forma, como estratégia de ampliação de direitos, acredita-se ser fundamental a construção de espaços que possibilitem processos de debate, de esclarecimento a população quanto às políticas sociais e seus direitos, bem como o fortalecimento de processos de identificação coletiva entre os usuários e mobilizações em espaços de reivindicações coletivos, observando-se a ampliação da cidadania por meio de sua participação nestes espaços.

2.4 O projeto profissional do Serviço Social atrelado às políticas sociais e ao princípio de cidadania

O Serviço Social no Brasil têm sua origem a partir da década de 1930 quando se inicia o processo de industrialização e em consequência do surgimento da questão social o Estado passa a atender algumas reivindicações da classe operária no intuito de diminuir os conflitos entre Capital e força de trabalho. Assim, o Serviço Social surge e serve de agente para execução dos programas sociais permitindo a operacionalização de medidas assistenciais pelo Estado no enfrentamento da questão social (SPOSATI, 2003).

Em 1936 em São Paulo foi criada a primeira escola de Serviço Social por meio do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). A formação social tinha o objetivo de atender a problemática operária, e a ação do Assistente Social buscava trabalhar as potencialidades dos indivíduos, grupos, comunidades visando o seu autodesenvolvimento, autopromoção, bem como visando manter o controle dos sujeitos e movimentos (SPOSATI, 2003).

Neste sentido, analisando a origem do Serviço Social constata-se:

[...] a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo – pois foi neste vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido [...] (MARTINELLI, 2010, p.66).

Observa-se neste contexto, o caráter contraditório presente nas relações sociais em que o assistente social intervinha. Percebendo-se interesses em disputa a partir de sua atuação, que ora servia tanto aos interesses do capital - no atenuamento de tensões da classe trabalhadora a partir da operacionalização de algumas medidas assistenciais - como também servia aos interesses daquela população que começavam a ter suas reivindicações atendidas pelo Estado.

Desta forma, a vinculação do Serviço Social e políticas sociais no Brasil

[...] surge com o incremento da intervenção estatal, pela via de processos de modernização conservadora no Brasil a partir dos anos de 1930 [...] tendo em vista o enfrentamento das latentes expressões da questão social, e foi acompanhada pela profissionalização do serviço social, como especialização do trabalho coletivo. Há, portanto, um vínculo estrutural entre a constituição das políticas sociais e o surgimento dessa profissão na divisão social e técnica do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.13).

Neste processo em que surgem as políticas sociais, sinaliza-se a Modernização Conservadora enquanto uma corrente profissional dentro do Serviço Social que possuía uma visão muito técnica e pragmática de política social e que acabava servindo aos interesses da industrialização que o país vivenciou principalmente a partir de 1964 com a ditadura militar (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Assim, embora o surgimento do Serviço Social enquanto profissão esteja vinculada às políticas sociais, o debate da categoria profissional sobre este tema era desenvolvido sob um viés muito técnico, burocrático e operacional (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Verificando-se ao analisar o entendimento da categoria profissional tinha, neste período, sobre o tema política social a compreensão de que:

[...] o serviço social teria como características focalizar o estudo de políticas e problemas no âmbito estritamente local e nacional; privilegiar o estudo de programas governamentais e empresariais isolados; adotar uma abordagem essencialmente voltada para a prática; possuir um enfoque multidisciplinar e teoricamente confuso; ser basicamente empiricista; situar-se ingenuamente perante os efeitos ideológicos de sua prática (COIMBRA, 1987, p. 79 appud in BEHRING).

A partir desta análise observa-se que o entendimento da categoria profissional sobre política social era muito incipiente, voltado apenas à compreensão de sua prática, técnica e sem fazer a crítica aos interesses em disputa a partir da operacionalização das políticas sociais, onde a atuação do Serviço Social caracterizava-se pela “[...] natureza descritiva e operacional; vocação para o empírico e o pragmático; com certa hostilidade para com a teoria; subordinação às práticas governamentais conjunturais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 14).

Somente com as transformações societárias a partir do final de 1970, em que se evidencia a crise da ditadura e o enfraquecimento do desenvolvimento econômico caracterizando o fim do “milagre econômico”, e o início de um período de reivindicação dos trabalhadores através de greves, e manifestações de segmentos e movimentos sociais pela redemocratização do país, é que o debate sobre a reconceituação do serviço social ganha força (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

É neste cenário de transformações sociais econômicas e políticas, na década de 1980 que ocorre a revisão do projeto profissional¹² do Serviço Social, sobre sua direção social, sua posição e compromisso profissional, refletindo sobre sua prática sob um viés crítico que marca a apropriação pela categoria do Referencial Marxista que é base para um novo entendimento sobre as relações de classes estabelecidas na sociedade. Decorrendo neste processo “[...] uma nova reflexão sobre a política social de viés democrático, na perspectiva da cidadania e dos direitos” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 15).

Assim, a construção de um novo projeto profissional do Serviço Social é resultado de um processo histórico, sendo “[...] fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, e afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2007, p. 50).

Portanto, este movimento que inicia na década de 1980 e que propiciou a construção da Constituição de 1988 teve grande influência na constituição do projeto profissional Ético-Político do Serviço Social, na afirmação de seus princípios e

¹²Os projetos profissionais “[...] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais” (NETTO, 2006, p. 4).

valores, que expressam o seu compromisso profissional, e que vem orientar sua atuação, posicionando-se:

[...] a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitadamente postas como garantia dos direitos civis políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2006, p.16).

A partir do posicionamento do projeto profissional do Serviço Social, observa-se a sua direção social e dimensão política explicitada em seus valores e princípios, no compromisso com o projeto societário da classe trabalhadora, na busca pela equidade e justiça social, pautada pelo princípio de cidadania por meio da universalização de direitos (NETTO, 2006).

Sendo assim, a consolidação do projeto ético-político profissional

Envolve a luta pela ampliação da cidadania com vistas à efetivação dos direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos. Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que contribua na luta para a ampliação da legalidade institucional. Requer a defesa intransigente das conquistas sociais obtidas na Carta Constitucional de 1988 em sua dimensão de universalidade, ameaçadas pelas políticas neoliberais. A luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais públicas (IAMAMOTO, 2007, p. 142).

Destaca-se quanto ao processo de consolidação do projeto ético-político em favor da universalização de direitos por meio de políticas sociais públicas, na defesa da cidadania, a constante luta pela garantia e preservação dos avanços conquistados na área social. Analisar este processo de luta pela ampliação e manutenção destas conquistas de forma crítica é perceber os interesses e projetos societários em constante disputa, onde um projeto defende os interesses “das classes trabalhadoras e subalternas” e outro os interesses “das classes proprietárias e politicamente dominantes” (NETTO, 2006, p. 3). Percebendo esse jogo de interesses em disputa em sua atuação é possível romper com uma visão ingênua¹³

¹³Visão destacada por COIMBRA ao analisar a atuação do serviço social na década de 1930 no contexto em que surgem políticas sociais, onde o assistente situava-se “[...] ingenuamente perante os efeitos ideológicos de sua prática” (COIMBRA, 1987, p. 79).

da profissão, compreendendo as bases que sustentam o seu projeto profissional e o significado de seu posicionamento em defesa da garantia da efetivação de direitos.

Entende-se que a defesa deste posicionamento do projeto profissional do Serviço Social

[...] é tarefa árdua e encontra barreiras tanto estruturais como conjunturais. Neste sentido, não podemos deixar de ter uma perspectiva de totalidade e reconhecer, objetivamente, os limites e condicionalidades impostos pela estrutura econômica e pela conjuntura política. Por outro lado, também não podemos nos render ao conformismo e ao desencanto, acirrados pelas dificuldades, e com isso, correr o risco de abandonar a historicidade e de não ver a história como processo aberto [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2007, p. 197).

Constatando-se que o processo para efetivação de direitos e ampliação da cidadania encontra limites políticos, econômicos, que constituem a sociedade. No entanto, é necessário compreender estes limites como parte de uma conjuntura histórica que não está dada, sendo atravessada por contradições que marcam um processo de disputas e uma realidade em movimento.

Sendo verificado este tensionamento de lutas e resistências no processo de constituição de direitos, em que

[...] na consolidação do capitalismo e na relação contraditória entre as demandas do capital e as dos trabalhadores que se criaram as condições objetivas para a identificação das lutas das classes trabalhadoras para ver incluído nas suas pautas de reivindicações o acesso a esses direitos. Direitos estes que vão expandindo na medida em que determinada fatia da sociedade tem força e legitimidade para acessar a eles, pois são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes [...] (COUTO, 2006, p. 37).

É a partir desta concepção do processo de constituição de direitos que se defende a transformação da realidade por meio do desvendamento das contradições que envolvem as relações sociais, sendo possível traçar estratégias para a superação de barreiras na defesa dos interesses da classe trabalhadora de acordo com os princípios e valores firmados no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Deste modo, no próximo capítulo deste trabalho será desenvolvido a análise das ações realizadas no Centro de Referência de Assistência Social do Bairro do Passo em São Borja na garantia de direitos de sua população usuária através da política de Assistência Social.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BAIRRO DO PASSO EM SÃO BORJA

Este capítulo versará primeiramente sobre o processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Apresentando em um segundo momento desta análise, o CRAS do Bairro do Passo em São Borja enquanto uma unidade descentralizada da Política de Assistência Social neste município. Abordando-se também a especificidade do trabalho realizado com grupos pelo Serviço Social no CRAS, destacando-se o Grupo de Convivência Mãos Dadas como parte do processo da intervenção do Serviço Social neste espaço socioocupacional a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social.

Para contemplar a apresentação do CRAS Passo em São Borja adensando na compreensão do desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social nesta instituição, faz-se necessário inicialmente realizar a análise das bases que fundamentam suas ações no âmbito da proteção social básica.

O CRAS integra a Política de Assistência Social na implementação da Proteção Social Básica, juntamente com outras instituições sem fins lucrativos vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que compõe a rede socioassistencial. Sendo definido como uma

[...] unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade social e risco social, destinada à articulação de abrangência dos serviços socioassistenciais no seu território e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção básica às famílias (BRASIL, 2011, p. 6).

Como uma unidade que compõe o SUAS o CRAS possui como eixos estruturantes do desenvolvimento de suas ações a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. A matricialidade sociofamiliar compreende “[...] a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de Assistência Social” (BRASIL, 2009, p. 12). Deste modo, entende-se que no planejamento e implementação da Política de Assistência Social deve-se primar à proteção as famílias reconhecendo-as como “[...] núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social [...]

sendo um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária” (BRASIL, 2004, p. 34).

Também a territorialização enquanto um eixo estruturante do SUAS, é entendida

[...] como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da Política de Assistência Social e conseqüente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta a eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (BRASIL, 2009, p. 13).

Na perspectiva da territorialização, através da descentralização da Política de Assistência Social, ocorre uma aproximação do CRAS e da rede de serviços socioassistenciais com seus usuários. Permitindo o conhecimento de sua cultura, seus costumes, e também a identificação das situações de vulnerabilidades e riscos sociais de sua área de abrangência, podendo-se traçar estratégias que venham fortalecer a comunidade em que está inserido para o seu enfrentamento.

O CRAS na implementação da Política de Assistência Social tem ainda a função de desenvolver a gestão da proteção social básica em seu território, através da articulação da rede socioassistencial de proteção social básica, da articulação intersetorial e da busca ativa. Em que pela articulação da rede de proteção social básica

[...] se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão de seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns. A articulação da rede de proteção social básica, referenciada ao CRAS, consiste no estabelecimento de contratos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica no território (BRASIL, 2009, p. 21).

Assim, através da articulação do CRAS com demais instituições da rede socioassistencial de proteção é possível ampliar o acesso a rede de serviços socioassistenciais aos usuários na prevenção e enfrentamento as situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

Também a intersetorialidade é importante ser articulada pelo CRAS no atendimento as demandas de sua população usuária, constituindo-se em uma

prerrogativa da Política de Assistência Social e que contribui para universalização de direitos pela articulação entre as políticas públicas (BRASIL, 1993).

A busca ativa no território do CRAS “[...] tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social” (BRASIL, 2009, p. 29). Desta forma, através da busca ativa é possível apreender as situações de vulnerabilidade e risco dentro do território de abrangência do CRAS e a partir deste conhecimento planejar as ações e intervenções para superação destas situações pelas famílias e usuários.

Enquanto uma instituição de proteção social básica, o CRAS desenvolve conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2009).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) “[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado” (BRASIL, 2009, p. 6). Tendo o objetivo de:

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; Promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de Assistência Social; Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos e Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2009, p. 7).

Assim no PAIF são articuladas diversas ações através do acesso aos serviços, programas e benefícios da Política de Assistência Social que vem proporcionar o fortalecimento das famílias, lhe dando suporte material e social para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁴ consiste em um trabalho realizado com grupos “[...] organizado a partir de percursos, de modo a

¹⁴Tendo como objetivos “Complementar o trabalho social com família, prevenindo a ocorrência de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; Promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a rede de proteção social de assistência social nos territórios;

garantir aquisições progressivas a seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida” (BRASIL, 2009, p. 9).

Este serviço é desenvolvido no CRAS de modo complementar ao PAIF. Suas ações visam prioritariamente à prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários. Tendo como metodologia o acesso a informações referente a direitos garantidos pelas políticas sociais, a serviços socioassistenciais, e também de outras políticas setoriais, dentre outras ações, buscando através do fortalecimento de vínculos e da garantia de direitos, possibilitar o protagonismo dos usuários para a prevenção e superação das situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009).

Também no âmbito da proteção social básica desenvolve-se pelo CRAS o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas tendo por objetivo:

[...] a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (BRASIL, 2009, p. 16).

As ações desenvolvidas por este serviço devem proporcionar a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, de modo que este usuário seja inserido na rede de proteção para que tenha acesso a benefícios, serviços das políticas sociais, contribuindo para a sua inclusão e exercício de cidadania na sociedade (BRASIL, 2009).

A partir da exposição construída a cerca da estruturação do CRAS e dos serviços socioassistenciais na proteção social básica, será apresentado no próximo item deste trabalho a especificidade do CRAS do Bairro do Passo em São Borja na implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte, e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos; Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o protagonismo dos usuários; Possibilitar acessos a experiências e manifestações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades e favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2009, p. 12).

3.1 O CRAS Passo em São Borja

O município de São Borja está localizado na fronteira oeste do Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul, tendo sido fundado em 10 de outubro 1862 (PORTAL DA PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2011). Conta com 61.671 mil habitantes, distribuídos em uma área de 3.371,051 Km². Possuindo uma densidade demográfica de 18,29 habitantes por Km². Sendo que a população urbana é de 55.138 habitantes e a rural é de 6.533 habitantes. O que indica que 89,41% da população concentram-se na área urbana da cidade, e 10,59% na área rural, (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No município de São Borja a Política Nacional de Assistência Social é gestada pela Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania (SMTASC) criada pela Lei Municipal nº. 3.434, de 28 de março de 2005. No âmbito da Proteção Social Básica no município, através da descentralização da política de Assistência Social e com a territorialização foram estruturados os CRAS em áreas de maior vulnerabilidade social do município. A estruturação dos CRAS obedece aos critérios da Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOBSUAS) estando relacionado com o Nível de Gestão e Porte do Município¹⁵ para gestar e executar ações de proteção básica no território de abrangência.

São Borja é um município de médio porte, e possui o nível de gestão básica (BRASIL, 2011). Conforme os critérios da NOBSUAS, pelo seu porte e nível de gestão, deveria ofertar no mínimo dois CRAS, e cada CRAS deveria atender até 5.000 famílias. No entanto, devido ao mapeamento das situações de vulnerabilidade e risco no município, constatando-se a necessidade de ter um CRAS localizado nos bairros que apresentam maiores índices de vulnerabilidades, foram distribuídos cinco CRAS no município. Atendendo individualmente até 2.500 famílias, e totalizando 12.500 famílias atendidas pelo conjunto das instituições.

Compreendendo as cinco instituições: o CRAS do Bairro do Passo, inaugurado em 01 de Novembro de 2007, o CRAS do Bairro Umbú, inaugurando em 01 de Fevereiro de 2008, o CRAS do Bairro Arnaldo Matter, inaugurado em 01 de

¹⁵Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Metrôpoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2005 p. 31).

fevereiro 2008, o CRAS do Bairro do Centro, inaugurado em Março de 2009 e o CRAS do Bairro Paraboi, inaugurado em Junho de 2009.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bairro do Passo foi o primeiro a ser inaugurado no município de São Borja implementando o Sistema Único de Assistência Social. Está localizado na Rua Alberto Benevenuto nº 680. Estando instalado em prédio próprio da prefeitura Municipal de São Borja e sendo financiado com Recursos Federais. Sua área de abrangência corresponde aos bairros do Passo, Promorar I, Vila da Praia, Várzea, Porto do Angico e Vila Santa Rosa. E também no interior do município de São Borja os Bairros São Pedro do Butuí, Nhu-porã, Vila Brites, Mato Grande, São Ramão, São Lucas e Rincão da Cria.

Destacando como uma especificidade do CRAS Passo o atendimento a comunidade ribeirinha uma vez que está inserida em seu território de abrangência. Priorizando-se no atendimento a essa população o desenvolvimento de projetos que venham beneficiá-los pelo incentivo a sua profissão que é a pesca, bem como no atendimento às situações emergenciais como enchentes.

No que concerne à composição da equipe de profissionais nos CRAS, a NOBRH SUAS estabelece que no âmbito da proteção social básica a equipe de referência¹⁶ em um município de Médio Porte seja composta “[...] a cada 5.000 famílias referenciadas” por “quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS” além de “quatro técnicos de nível médio” (BRASIL, 2006, p. 15).

Porém, conforme a realidade do município de São Borja em que cada CRAS atende até 2.500 famílias, a composição da equipe de referência do CRAS Passo se assemelha a de um município de Pequeno Porte¹⁷. Sendo composta por dois técnicos de nível superior, sendo um assistente social e um psicólogo e três técnicos de nível médio que ocupam os cargos de recepcionista, recreacionista e auxiliar administrativo. Também integra a equipe dois profissionais que desempenham as funções de auxiliar de serviços gerais possuindo ensino fundamental incompleto e de cozinheiro com ensino fundamental completo.

¹⁶“Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários” (BRASIL, 2006, p. 15).

¹⁷Nos municípios de Pequeno Porte em que cada CRAS atendem até 2.500 famílias referenciadas a equipe de referência deve ser composta por “[...] dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo” além de “dois técnicos de nível médio” (BRASIL, 2006, p. 15).

Ainda, conforme a NOBRH SUAS o CRAS deve contar com um coordenador da equipe de referência. Este profissional deve necessariamente para o exercício qualificado de suas funções, possuir nível superior, ocupando cargo efetivo no quadro de profissionais do município, possuindo “[...] experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais” (BRASIL, 2006, p.15).

Entretanto, para o exercício do cargo de coordenador da equipe de referência no CRAS Passo, não foram observados os critérios da NOBRH SUAS. Pois o mesmo possui ensino médio completo e ocupa cargo de livre nomeação e exoneração. Constatando-se a partir desta realidade a fragilidade do vínculo profissional deste servidor na instituição, bem como de sua preparação para desempenhar as funções inerentes ao seu cargo, na gestão da rede de proteção social básica no território de abrangência do CRAS.

Para analisar o desenvolvimento dos serviços ofertados no CRAS Passo tendo como referência a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, foram utilizados dados de um estudo realizado na instituição no ano de 2010, através do Censo SUAS.

Conforme as informações deste estudo no âmbito do Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF) as principais ações realizadas pelos profissionais na instituição compreendem a recepção e acolhida aos usuários, a realização de oficinas, grupos de convivência através de atividades socioeducativas com as famílias. Desenvolvendo também o acompanhamento às famílias e indivíduos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), também as famílias atendidas com benefícios eventuais, e famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (SÃO BORJA, 2010).

Também, como atividades que estão relacionadas ao PAIF no atendimento integral as famílias pelo CRAS, são realizados encaminhamentos de famílias e indivíduos à rede socioassistencial, bem como para serviços de outras políticas públicas. Incluindo-se encaminhamentos as famílias para obtenção de benefícios eventuais¹⁸, para a inserção de famílias no Cadastro Único do SUAS. Sendo

¹⁸“Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de

prestada também aos usuários orientações para o recebimento do BPC. E desenvolvendo-se o acompanhamento dos encaminhamentos feitos no CRAS (SÃO BORJA, 2010). Observa-se, por meio da realização destas atividades, a necessidade da articulação do CRAS e demais instituições que compõe a rede socioassistencial para o atendimento às demandas apresentadas pelos usuários. Bem como a importância da intersectorialidade neste processo, uma vez que a política de Assistência Social não consegue sozinha garantir o acesso a todos os direitos sociais, sendo necessário o desenvolvimento de ações integradas entre as políticas permitindo o acesso a todos os seus serviços e benefícios.

Também, enquanto um serviço socioassistencial desenvolvido no âmbito da proteção social básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizado no CRAS Passo com quatro grupos. Sendo eles: grupo para crianças de zero a seis anos, para jovens de quinze a dezessete anos, para idosos e para mulheres até sessenta anos.

Com o grupo de convivência para crianças de zero a seis anos de idade as principais atividades desenvolvidas compreendem oficinas que envolvem temas como saúde, meio ambiente, cultura, esportes. A realização de atividades de recreação, atividades lúdicas, e atividades com participação da comunidade por meio de confraternizações na instituição (SÃO BORJA, 2010). A realização destas atividades no grupo composto por crianças até seis anos pauta-se pelo

[...] desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social (BRASIL, 2009, p. 10).

Deste modo, são proporcionadas a este público usuário da política de Assistência Social no CRAS Passo atividades que permitem a socialização com outras crianças e o convívio comunitário. Envolvendo também a família no acesso a informações sobre os direitos da criança e do adolescente, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e cuidados com as crianças.

Com o grupo de convivência de jovens de quinze a dezessete são desenvolvidas oficinas sobre temas transversais como saúde, meio ambiente,

nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública” (BRASIL, 2011, p. 4).

esporte, sendo trabalhados também temas referentes a direitos e programas sociais. Como metodologia para a realização de atividades socioeducativas com o grupo são exibidos filmes e documentários, realizadas atividades de recreação, passeios, atividades intergeracionais, atividades de inclusão digital, dentre outras (SÃO BORJA, 2010). Sinalizando-se quanto à realização do trabalho socioeducativo com este segmento a necessidade

[...] do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho [...] As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem (BRASIL, 2009, p. 10).

Assim, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com o Grupo de Jovens no CRAS Passo, são oportunizados espaços que possibilitam o exercício de expressão e comunicação, por meio de atividades esportivas, culturais, de lazer e de socialização. Bem como possibilitam o acesso a orientações quanto direitos sociais, quanto à formação e qualificação profissional contribuindo para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos jovens.

Com o Grupo de Convivência de Idosos são realizadas no CRAS Passo atividades físicas, de inclusão digital, atividades de segurança alimentar e nutricional. Também através de oficinas são abordados temas sobre direitos garantidos no Estatuto do idoso e políticas sociais. Sendo prestadas orientações sobre higiene, cuidados coma saúde. Sendo desenvolvidas atividades de lazer e socialização com a participação da comunidade, por meio de passeios. Também são realizadas atividades de artesanato, exibição de filmes, dentre outras (SÃO BORJA, 2010).

Ressalta-se que o planejamento das ações com o Grupo de Idosos deve primar pelo

[...] desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário [...] Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir (BRASIL, 2009, p. 11).

Sendo assim, as atividades com este grupo no CRAS Passo são construídas a partir do seu acompanhamento, priorizando-se os interesses deste.

Desenvolvendo-se metodologias que possibilitam a interação e socialização, contribuindo para a inserção do idoso no convívio comunitário.

Com Grupo de Convivência de Mulheres são desenvolvidas oficinas abordando temas referentes à garantia de direitos, a cuidados com a saúde, serviços socioassistenciais, dentre outras temáticas, por meio de atividades que proporcionam a troca de experiências, convivência e socialização. Ainda são desenvolvidas com o grupo atividades que visam à qualificação profissional por meio de sua inserção em outras oficinas e projetos específicos de capacitação ou inclusão produtiva realizadas no CRAS Passo (SÃO BORJA, 2010).

As ações de capacitação ou inclusão produtiva desenvolvidas no CRAS Passo compreendem cursos de capacitação profissional para o mercado de trabalho organizado pela instituição, bem como a cessão do espaço físico para a realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições. Desenvolvendo também o assessoramento para organização ou formação de cooperativas ou associações enquanto unidades produtivas (SÃO BORJA, 2010). O desenvolvimento destas atividades que trabalham a inclusão produtiva por meio de projetos e capacitações é uma premissa da oferta de serviços de proteção social básica, sendo um importante instrumento para a melhoria da qualidade de vida dos usuários pelo aumento de sua renda econômica (BRASIL, 2005).

Analisando as ações realizadas no âmbito do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas pelo CRAS Passo constata-se o acompanhamento a dezoito idosos e dez pessoas com deficiência. Onde as estratégias para inclusão destes usuários são realizadas por meio de busca ativa, pela divulgação de informações sobre os serviços socioassistenciais e mobilizações na comunidade para a inclusão destes usuários (SÃO BORJA, 2010). No entanto, o acompanhamento pela instituição aos usuários não é realizado através de um Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) conforme estabelece a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Sendo percebidas algumas fragilidades na execução deste serviço, uma vez que não é desenvolvida por meio deste instrumento a sistematização do acompanhamento a estes usuários, identificando as suas vulnerabilidades e potencialidades para superá-las. Não sendo também realizado o planejamento das ações a serem desenvolvidas por meio de objetivos a serem buscados pela intervenção. Compreendendo-se que a ausência do planejamento das ações

fragiliza o alcance dos objetivos deste serviço, refletindo no atendimento aos usuários e na garantia de seus direitos.

Outro elemento relevante na análise da implementação da Política de Assistência Social refere-se às principais formas de acesso da população aos serviços viabilizados pelo CRAS Passo. Destacando que: 80% (oitenta por cento) dos acessos ocorrem pela procura espontânea dos usuários; 10% (dez por cento) ocorrem por encaminhamentos das demais políticas públicas; 5% (cinco por cento) ocorrem por encaminhamentos da rede socioassistenciais, e 5% (cinco por cento) pela busca ativa (SÃO BORJA, 2010). Verificando-se a partir destes dados que as formas mais freqüentes de acesso aos serviços da instituição se dão pela iniciativa dos usuários, e por encaminhamentos feitos ao CRAS por outras políticas. Não sendo tão expressivo o acesso por meio de encaminhamentos de outras instituições da rede socioassistencial, bem como pela busca ativa.

Também é importante ressaltar as principais demandas que são constatadas nos atendimentos do CRAS Passo, visualizando-se as diversas situações de vulnerabilidades que os usuários do território de abrangência da instituição vivenciam. Verificando-se a ocorrência situações de insegurança alimentar de famílias, falta de documentação civil de indivíduos, demandas de provisão material e ocorrência de jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Seguidas de situações de negligência em relação a idosos, situações de crianças e adolescentes fora da escola, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, famílias em descumprimento de condicionalidades do programa Bolsa Família (SÃO BORJA, 2010).

O atendimento a todas essas demandas somente por uma única instituição não é possível de ser desenvolvido. Necessitando o desenvolvimento de um conjunto de ações entre as instituições que compõe a rede de Assistência Social dentre elas instituições de proteção social básica e especial, bem como exigindo a integração de ações entre as políticas de saúde, educação, previdência, habitação, dentre outras, articulando um sistema de proteção para a cobertura das situações de vulnerabilidades e riscos nos territórios.

No que concerne à análise dos serviços, programas ou instituições locais que o CRAS Passo mantém articulação verifica-se a articulação deste com as unidades públicas de proteção social básica e unidades de proteção social especial, com os serviços públicos de saúde, e com os serviços públicos de educação, bem como

com o Conselho Tutelar, com a Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, e com Conselhos de Políticas Públicas (SÃO BORJA, 2010). Esta articulação se dá no recebimento de usuários encaminhados por estas instituições e encaminhamentos feitos a ela, também na realização de reuniões periódicas, trocando informações, realizando estudos em conjunto, acompanhando os encaminhamentos feitos e desenvolvendo atividades em parceria.

Assim, no desenvolvimento das ações de proteção social básica pelo CRAS Passo são traçadas estratégias de trabalho em conjunto com outras instituições, e políticas garantindo o acesso a benefícios e serviços às famílias e indivíduos usuários da Política de Assistência Social contribuindo para garantia de seus direitos.

A partir da análise realizada sobre a realidade institucional do CRAS do Bairro do Passo no desenvolvimento de ações de proteção social básica no município de São Borja, o próximo item deste trabalho objetiva apresentar a especificidade do trabalho realizado com grupos pelo Serviço Social nesta instituição.

3.2 O Serviço Social e o trabalho com grupos no Centro de Referência de Assistência Social.

Cabe neste item do trabalho demonstrar a abordagem grupal realizada pelo Serviço Social como um instrumento utilizado no desenvolvimento das ações da Política de Assistência Social nos Centros de Referência de Assistência Social. Para tanto é necessário compreender historicamente a evolução desta abordagem pelo Serviço Social, percebendo as bases que fundamentam esta intervenção a partir da reconceituação da profissão.

Analisando a constituição do Serviço Social na década de 1930 e o trabalho com grupos, constata-se que inicialmente na gênese da profissão este era compreendido enquanto método de intervenção, havendo uma distinção entre Serviço Social de caso, de grupo e comunidade. Observando-se nas décadas de 1940 e 1950 um incremento ao Serviço Social de Grupo a partir da institucionalização do Serviço Social (JACOBY; TÜRCK, 2003).

Neste período o grupo pelo Serviço Social era entendido:

[...] como um método de Serviço Social que ajuda os indivíduos a melhorarem seu funcionamento social, através de intencionadas experiências de grupo e a lidar mais eficientemente com seus problemas pessoais, de seu grupo e de sua comunidade (KONOPKA 1950 apud in JACOBY; TURCK, 2003, p. 15).

Através desta conceituação destacada, compreende-se que a abordagem com grupos pela profissão possuía concepções funcionalistas em que os problemas sociais eram compreendidos como disfunções dos indivíduos e por isso o trabalho com grupo melhoraria o seu “ajustamento” ou “funcionamento social”.

Sendo através “[...] da ruptura entre o Serviço Social tradicional e o Serviço Social crítico, emancipador” que a abordagem coletiva passou a ser utilizada enquanto “estratégia teórica e metodológica do Serviço Social, na execução de seu processo interventivo” (JACOBY; TURCK, 2003, p. 7). Ou seja, a abordagem grupal passa a ser utilizada enquanto um instrumento no processo interventivo sobre o objeto de seu trabalho, compreendido como a questão social

[...] nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos a experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as dificuldades e a ela resistem e se opõem (IAMAMOTTO, 2007, p. 28).

Deste modo, a utilização da abordagem grupal pelos Assistentes Sociais em seu processo de intervenção tem uma nova e diferente intencionalidade a partir do projeto profissional firmado no movimento de reconceituação da profissão. Em que o posicionamento ético-político da profissão “[...] se materializa na escolha e articulação da instrumentalidade que estará iluminada pela dimensão ética e por teorias libertárias” (FERNANDES, 2006, p.144). Neste sentido, os instrumentos escolhidos e utilizados pelos assistentes sociais estão relacionados ao seu projeto profissional e a Teoria Social e Método que o fundamenta.

Nos processos de trabalhos em que o Assistente Social participa nos CRAS a partir de uma abordagem grupal busca-se a transformação de uma realidade social atravessada por vulnerabilidades e riscos por meio do acesso aos serviços e benefícios garantidos pela política de Assistência Social. Tendo em sua intervenção a orientação dos princípios éticos firmados pelo seu projeto profissional a favor da “[...] universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a sua gestão democrática” (BRASIL, 1993, p. 21).

Primando pela “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (BRASIL, 1993, p. 20).

É importante ressaltar que no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais no CRAS, as abordagens grupais possibilitam um maior acompanhamento e aproximação com os processos sociais vivenciados pelo conjunto de indivíduos e famílias da comunidade, possibilitando a identificação das expressões da questão social e permitindo a criação de estratégias preventivas e de enfrentamento, no fortalecimento de resistências aos processos de vulnerabilidade vivenciados.

Sinalizando-se quanto às estratégias desenvolvidas com grupos no CRAS enquanto unidade de proteção social básica, no sentido de

[...] fortalecer os vínculos familiares antes de sua dissolução, trabalhar de forma preventiva para evitar riscos e violação de direitos através dos benefícios, programas e trabalho socioeducativo que visem à autonomia e ao protagonismo desses sujeitos, constituem objetivos do trabalho social com famílias e indivíduos e expressam o grau de adesão à política (TEIXEIRA, 2010, p. 293).

Deste modo, o trabalho com grupos e famílias desenvolvido pelo Assistente Social no CRAS possibilita aos usuários o desenvolvimento de suas potencialidades e fortalecimento de resistências, seja pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e pela ampliação do acesso aos direitos (BRASIL, 2009).

Sendo necessária no processo de intervenção junto aos usuários a articulação de metodologias que proporcionem a acolhida, a escuta, a reflexão e participação dos usuários nas decisões e também o registro das informações trazidas por estes usuários, de modo que a documentação de suas demandas, opiniões possam compor através de cadastros, relatórios, a análise das instituições, das vulnerabilidades de seu território de abrangência, sendo importante para o planejamento das ações das políticas sociais. Também é fundamental que as ações desenvolvidas promovam o fortalecimento da identidade coletiva do grupo, enquanto potencial de enfrentamento às situações de vulnerabilidade e riscos. Assim,

Essas metodologias devem permitir discutir, refletir os problemas e demandas das famílias, mas não fechadas nos muros do doméstico, e sim necessariamente articuladas à realidade mais ampla que gera as

fragilidades de condições de vida e de vínculos, e as estratégias coletivas de lutas e de resistências (TEIXEIRA, 2010, p. 295).

Percebendo-se, através da orientação teórica do Método Dialético Crítico a partir das categorias de totalidade, historicidade e contradição, a superação ao trabalho de grupo realizado pelo Serviço Social em sua gênese. Não mais caracterizado pela culpabilização dos indivíduos e famílias pelas expressões da questão social manifestadas em seu meio, e pela forma isolada de vê-las, descoladas do contexto histórico, social, econômico e político da sociedade.

Compreendendo-se a partir desta orientação teórica do Serviço Social a necessidade, no processo de intervenção, de

Reconhecer a dimensão coletiva da vida social, do processo de trabalho do Serviço Social e de cada indivíduo com os quais estaremos em interlocução, é o que poderá conduzir à coerência entre o fundamento ético, teoria, método e técnica profissional. Isso será uma aprendizagem constante e requer uma atenção cotidiana de leitura e releitura do contexto, dos processos sociais, das demandas que vêm à instituição e das demandas que vêm dos sujeitos (FERNANDES, 2006, p. 145).

Identificando-se no trabalho com grupos a partir da percepção da dimensão coletiva a totalidade de elementos que compõe as relações sociais em que os profissionais, indivíduos e famílias estão inseridos. Compreendendo-se também o contexto histórico da vida dos sujeitos, e as contradições presentes em um cotidiano, território que são comuns ao grupo e a uma classe de trabalhadores. Possibilitando-se através desta compreensão a potencialização de resistências pelo fortalecimento dos processos coletivos enquanto estratégia de intervenção do Assistente Social.

Deste modo, o próximo capítulo a ser abordado tem o objetivo de apresentar o processo da intervenção profissional do Serviço Social junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas acompanhado a partir do Estágio Supervisionado I e II realizado no CRAS Passo.

4 AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DESENVOLVIDAS JUNTO AO GRUPO DE CONVIVÊNCIA MÃOS DADAS

Neste capítulo serão abordadas as estratégias de intervenção que foram desenvolvidas junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas por meio de um projeto de intervenção planejado e executado no Estágio Supervisionado em Serviço Social II realizado no CRAS do Bairro do Passo em São Borja. Também neste capítulo serão feitas considerações sobre o processo de intervenção desenvolvido com o Grupo Mãos Dadas de modo que se possa analisar os limites e possibilidades para o alcance dos objetivos interventivos com o grupo.

4.1 O Grupo de Convivência Mãos Dadas como parte do processo da intervenção do Serviço Social

A partir do desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II realizado no CRAS do Bairro do Passo no município de São Borja, de agosto de 2010 a Julho de 2011, acompanhou-se o cotidiano profissional do Assistente Social e o desenvolvimento dos serviços prestados na instituição. Sendo definido como objeto da intervenção profissional da Estagiária de Serviço Social o Grupo de Convivência de Mulheres denominado Mãos Dadas.

O objeto do planejamento da intervenção profissional é o segmento da realidade que lhe é posto como desafio, é o aspecto determinado de uma realidade total sobre o qual irá formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção. Sua construção e reconstrução permanente ocorrem a partir da questão central a ser trabalhada e das idéias básicas que nortearam o processo (BAPTISTA, 2000, p. 31).

Assim, identifica-se que o Grupo de Convivência de Mulheres faz parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é um dos serviços de Proteção Social Básica desenvolvido pelos Centros de Referência de Assistência Social. Destacando-se que no CRAS do Bairro do Passo este grupo de convivência é acompanhado há dois anos, constituindo-se atualmente por trinta e duas usuárias.

A escolha do Grupo Mãos Dadas como objeto da intervenção profissional foi resultado do diagnóstico institucional realizado a partir do Estágio em Serviço Social e do reconhecimento das expressões da questão social através da aproximação

com o grupo por meio da realização de entrevistas e análises em documentos que compõe seu cadastro no CRAS.

Constatando-se que as principais expressões da questão social enquanto situações advindas de desigualdades sociais vivenciadas por este segmento estavam relacionadas ao desemprego, a dependência química, a violência, a precariedade nas condições de moradias e falta de alimentação e acesso a serviços públicos. E também enquanto expressões de resistências manifestadas por este segmento identificou-se os vínculos comunitários e familiares, a identidade coletiva do grupo, como potencial a ser trabalhado para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades enfrentadas.

A partir desta identificação a intervenção realizada com o grupo Mãos Dadas teve como foco a efetivação de direitos no exercício de cidadania dos usuários através da Política de Assistência Social, bem como o fortalecimento de vínculos, de resistências, de desenvolvimento da autonomia e emancipação dos usuários para a prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

Assim, o projeto de intervenção desenvolvido teve como objetivo geral a viabilização do acesso ao conhecimento acerca dos direitos das usuárias do Grupo de Convivência de Mulheres para o fortalecimento de suas potencialidades na construção de projetos individuais e coletivos de enfrentamento e de superação de situações de vulnerabilidade social que vivenciam.

Como objetivos específicos o projeto teve o desenvolvimento de oficinas que possibilitassem ao grupo espaços de debate e reflexão a cerca da Política de Assistência Social, bem como as demais políticas sociais para a ampliação do acesso a benefícios e serviços destas políticas pelos usuários. Sendo possível por meio destas oficinas a potencialização de troca de experiências, socialização e convivência comunitária para o fortalecimento de vínculos que oportunizam maior articulação do grupo na busca de seus direitos.

Destaca-se que as atividades realizadas por meio do projeto de intervenção no Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II realizado no CRAS estão previstas dentro da política de Assistência Social articuladas aos serviços desenvolvidos na instituição enquanto “[...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do SUAS” (BRASIL, 2011, *online*).

Portanto, o processo de intervenção junto ao grupo de convivência teve como parâmetros para o seu desenvolvimento a articulação dos objetivos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com os objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é o foco desta intervenção. Uma vez que “[...] é a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS” e, deste modo, “todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos [...] devem [...] manter articulação com o PAIF” (BRASIL, 2009, p. 6).

Neste sentido, as estratégias de intervenção tiveram o intuito de proporcionar o fortalecimento de espaços de expressão coletivos, através de momentos de reflexão, de questionamento, de fortalecimento de resistências pelo acesso ao conhecimento a cerca de direitos garantidos pelas políticas sociais aos usuários do grupo.

Ressaltando-se quanto ao planejamento da intervenção, à participação dos usuários na construção do projeto, desenvolvido através de um diagnóstico participativo realizado com o grupo para identificar as principais demandas a serem trabalhadas pelas oficinas por temáticas. O diagnóstico participativo na elaboração de um projeto é uma técnica na qual os atores sociais são envolvidos no processo de planejamento “[...] de forma a provocar uma reflexão sobre a sua situação, suas experiências, e seus interesses, estimulando a sua capacidade de reflexão e ação autônoma, como condição para que possam se tornar sujeitos da ação” (ARMANI, 2006, p.44).

Sendo ainda a participação dos usuários quanto ao planejamento das ações, uma prerrogativa ética do Assistente Social uma vez que é um de seus deveres em sua relação com os usuários “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (BRASIL, 1993, p. 24). Assim, contemplando o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social II foram desenvolvidas sete oficinas realizadas quinzenalmente com o Grupo de convivência Mãos Dadas.

A primeira atividade realizada com o grupo constituiu-se na apresentação do Projeto de Intervenção. Com o intuito de possibilitar o entendimento às usuárias quanto à realização do projeto, sua duração, seus objetivos, benefícios para o grupo e também para estabelecer uma relação de confiança com as usuárias pelo

esclarecimento quanto à ética profissional do Assistente Social, mantendo em sigilo tudo que for discutido com o grupo, pois, “[...] o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (BRASIL, 1993, p. 27).

Explicitando-se ao grupo quanto ao objetivo da construção das oficinas do projeto em conjunto através de sugestões na escolha dos temas a serem discutidos, na elaboração do cronograma de atividades, dentre outras atividades. Tendo sido importante para a aproximação com a realidade vivenciada por estas usuárias, para saber quais temas são relevantes em seu dia a dia, quais assuntos precisam ser abordados no sentido de fortalecer as potencialidades destas mulheres através do conhecimento de seus direitos.

Esta prática de intervenção desenvolvida com o grupo Mãos Dadas fundamentou-se nos princípios e valores firmados pelo projeto profissional Ético Político do Serviço Social onde a intervenção tem uma direção social no compromisso com o projeto societário da classe trabalhadora, na busca pela equidade e justiça social, pautada pelo princípio de cidadania por meio da universalização dos direitos sociais. Portanto, a escolha dos instrumentos, das atividades desenvolvidas com o grupo, a partir desta intervenção, foram organizadas a partir dos eixos da formação em Serviço Social. Articulando assim teoria e método, técnica e operação e a dimensão ética e política do projeto profissional do Assistente Social buscando-se pela intervenção a construção de:

[...] uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários (NETTO, 2006, p. 16).

Este movimento de escuta e participação dos usuários nas decisões permite conhecer mais sobre sua realidade, sobre as expressões da questão social que são vivenciadas, buscando a partir destas desenvolver uma intervenção de qualidade e que realmente contribua no seu enfrentamento. É algo fundamental a ser realizado em todo trabalho com grupos, indivíduos, conhecendo a sua realidade e garantindo que o trabalho desenvolvido tenha alcance na vida dos sujeitos usuários da Política de Assistência Social.

Como um instrumento e técnica que auxilia a interação com o grupo nas oficinas foram utilizados ao longo do processo de intervenção Dinâmicas de Grupo¹⁹.

A primeira dinâmica desenvolvida foi a “Dinâmica da rede” que se forma pelos laços feitos pelo grupo com um novelo de linha. Esta técnica foi utilizada na intervenção com o objetivo de refletir sobre as relações estabelecidas pelo grupo em seu cotidiano, seja através da família, das amizades, do acolhimento na instituição, também visa refletir sobre a rede socioassistencial²⁰, e pode ser utilizada como estratégia de fortalecimento dos vínculos entre o grupo, pois ela trabalha a aproximação, o entrosamento entre o grupo refletindo sobre as relações construídas.

A segunda Dinâmica de Grupo realizada durante o processo de intervenção utilizou poemas sobre convivência e vínculos. E visou discutir a partir dos poemas o sentido e objetivos do Grupo de Convivência a partir da Política de Assistência Social e o significado deste grupo para cada uma das usuárias. Também possibilitando trabalhar através do diálogo e dos poemas questões conflituosas com o grupo como a exclusão social compreendida como:

[...] o rompimento das relações sociais e comunitárias; o expurgo, absoluto ou relativo, da vida social, em seus vínculos básicos [...] A exclusão social abrange, assim, diversas situações socioeconômicas e culturais de indivíduos ou famílias, que induzem à violação de direitos de seus membros [...] (SIMÕES, 2009, p. 338-339).

Assim, a partir da leitura de cada parágrafo dos poemas discutiram-se várias questões relacionadas à importância da convivência, das relações estabelecidas no grupo para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, emocional, relacionados à depressão, a situações de violência, dentre outros temas. Destacando a importância desta técnica como uma estratégia de intervenção uma vez que:

¹⁹“A dinâmica de grupo é uma técnica que permite que as pessoas envolvidas passem por um processo de ensino-aprendizagem onde o trabalho coletivo é colocado como um caminho para se interferir na realidade, modificando-a. [...] Sua utilização deve responder a objetivos específicos de uma determinada estratégia educativa, no sentido de estimular a produção do conhecimento e a recriação deste conhecimento tanto no grupo/coletivo quanto no indivíduo/singular, uma vez que a técnica da dinâmica não é um fim, mas um meio - é uma ferramenta a ser usada” (PERPÉTUO; GONÇALVES, 2011, s/p.).

²⁰“A rede socioassistencial é entendida como o conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios prestados pelas instituições públicas e privadas que atuam nos municípios, configurando um sistema articulado de ações de atendimento, encaminhamentos e acompanhamento das famílias e indivíduos voltados a colaborar com a inclusão social” (BRASIL, 2004, p. 3).

Ao optar pelo uso da técnica de dinâmica de grupo você poderá, através de jogos, brincadeiras, dramatizações, técnicas participativas, oficinas vivenciais e um ambiente descontraído, discutir temas complexos, polêmicos e até estimular que sejam externados conflitos (do indivíduo e do grupo), buscando estimular os participantes a alcançar uma melhoria qualitativa na percepção de si mesmo e do mundo e, conseqüentemente, nas relações estabelecidas consigo mesmo, com o outro e com o mundo. (PERPÉTUO; GONÇALVES, 2011, s/p).

Permitindo-se que sejam expressos seus conflitos, de uma forma mais leve, onde as usuárias do grupo identificam-se com os parágrafos e percebem os processos que os poemas trazem e a relação com o Grupo de Convivência, com os objetivos de estarem ali participando. Como parte do processo de intervenção após as falas explicitou-se ao grupo os objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que conforme a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais caracteriza-se por uma:

Intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p. 9)

Esta experiência foi fundamental para iniciar o processo de intervenção, permitindo uma maior aproximação, identificação entre o grupo com os processos sociais que são vivenciados. Pois é difícil pensar em conquistar objetivos com o grupo, se este não se identifica entre si, não percebe os vínculos familiares, comunitários como estratégias de superação e fortalecimento na superação das situações de vulnerabilidade social que vivenciam.

Também como estratégia para conhecer melhor o grupo e poder trabalhar com as informações trazidas, nesta oficina sugeriu-se a realização de uma entrevista coletiva onde cada usuária pudesse contribuir falando de sua experiência no Grupo de Convivência, respondendo a três questões: Há quanto tempo frequenta o grupo de convivência? Qual o motivo de participar do grupo? O que mudou em sua vida através da participação no grupo de convivência?

A partir dos depoimentos das usuárias foi possível conhecer melhor o grupo. Identificando que dois terços das integrantes freqüentam o grupo a mais de dois anos, passando por várias experiências na instituição. Sendo destacada de forma muito significativa o trabalho desenvolvido com o grupo por outra Estagiária de Serviço Social.

Questionando-se o grupo a partir de seus depoimentos, sobre o que diferenciou esta experiência com a estagiária das demais desenvolvidas com outros profissionais na instituição? Foi destacado pelas falas o tratamento diferenciado desta profissional com o grupo, como sujeitos de direitos. Do compromisso que lhes foi assegurado também quanto ao sigilo profissional, o que lhes deixaram a vontade para falar de suas vivências.

Os relatos são fundamentais para compreender como os trabalhos com estes usuários são desenvolvidos nas instituições. Percebendo-se que embora se tenha avançado através das legislações sociais no estabelecimento de garantias ao usuário, no seu acolhimento, respeitando-o, conforme apontam os depoimentos, ainda revela-se em atendimentos de diversas instituições, um tratamento desqualificado, discriminatório pela situação de vulnerabilidade dos usuários, numa perspectiva de tratamento pobre, sem qualidade às populações mais vulneráveis. Identificando-se em algumas formas de atendimento

[...] a presença do mecanismo assistencial que consiste em permitir a justificativa de um rebaixamento na qualidade dos serviços. Enquanto dirigidos a pessoas de “poucas exigências”, “ignorantes”, os programas sociais podem ser reduzidos a soluções precárias. Na perspectiva assistencial, os serviços públicos se destinam a uma população dita “carente e minoritária”. Neste sentido são prestadas em condições precárias, quantitativamente e qualitativamente, e estabelecem clientela elegíveis dentre os demandatários (SPOSATI, 2003, p. 30).

Deste modo, compreende-se a necessidade de um constante trabalho de capacitação aos profissionais que atuam na execução de políticas sociais para a melhor qualificação do atendimento aos seus usuários. Necessitando a superação pelos profissionais, do modelo assistencialista que marca a gênese da política de Assistência Social, garantindo a efetivação de direitos estabelecidos nas políticas sociais.

Detendo-se a segunda questão referente ao motivo da participação no Grupo de Convivência, observou-se na fala da maioria das usuárias do grupo que este

espaço auxilia na superação de seus conflitos, através do diálogo, pela identificação construída entre as usuárias, onde uma auxilia a outra nos momentos difíceis.

A participação no grupo é um momento esperado e planejam seu dia pensando nas atividades a serem realizadas no grupo. Conforme relatou-se a maioria das usuárias são donas de casa e sentem-se muito sozinhas, ou porque os filhos estão na escola, ou porque o marido passa o dia todo fora de casa, sendo a atividade no grupo também um espaço de lazer e socialização.

Pelos depoimentos constatou-se a centralidade que este grupo tem na vida das usuárias, principalmente pela fala de uma usuária de que neste dia deixa de trabalhar para poder participar das atividades com o grupo, sinalizando a importância deste espaço para superação de um problema de ordem emocional.

Desta forma, verificou-se que muitas destas mulheres estão em processo de reconstrução da autonomia, em processo de reconstrução de vínculos familiares e a partir de seus relatos evidenciou-se a necessidade de trabalhar com o grupo questões sobre gênero, fortalecimento de auto-estima, autonomia.

Destacando-se a necessidade de levar informações ao grupo sobre seus direitos, sobre a Política de Assistência Social e a Política de Saúde, bem como viabilizar o acesso a demais serviços da rede socioassistencial como os serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Desta forma, como proposta de intervenção a ser desenvolvida, procurou-se articular o CRAS e o Grupo de Convivência Mãos Dadas com os demais serviços da rede socioassistencial e das políticas setoriais através do diálogo com as instituições e troca de experiências entre os profissionais permitindo a sua participação nas atividades do grupo e a realização de encaminhamentos a estas instituições a partir das demandas do grupo, conforme prevê a PNAS em que:

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos Encaminhamentos necessários (BRASIL, 2004, p. 29).

Sendo relevante o planejamento de uma intervenção de forma integrada com as demais instituições e políticas setoriais que atuam nesta rede de serviços, buscando atender as demandas das usuárias utilizando todos os recursos

disponíveis para garantir uma intervenção de qualidade ao grupo permita a “[...] universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 1993, p.1).

Como estratégia de intervenção para permitir o conhecimento sobre as principais expressões da questão social que estão presentes no cotidiano das usuárias, de modo que pudesse ser planejada a intervenção, foi realizada uma terceira dinâmica de grupo com as usuárias utilizando recortes de revistas que trouxeram temas atuais para serem debatidos pelo grupo, relacionando os temas destacados com situações vivenciadas em seu cotidiano.

Tendo como metodologia da dinâmica de grupo a utilização de reportagens, que foram distribuídas para cada usuária, onde a partir destas, cada usuária trouxe ao grupo a sua percepção sobre o assunto, destacando como observava esta situação em seu meio, contribuindo com o debate sobre aquele assunto. Possibilitando-se uma maior compreensão sobre estas situações, sobre as suas implicações nas relações estabelecidas pelas usuárias e também com o objetivo de se buscar estratégias em conjunto com outros profissionais para trabalhar estes conflitos com o grupo.

Esta atividade permitiu que as usuárias dialogassem sobre temas que são enfrentados em seu cotidiano e que talvez em uma entrevista individual, ou em uma visita domiciliar não expusessem para o profissional. Por estarem em um grande grupo, fortalecidas pela identificação com os processos vivenciados também por outras usuárias, em que todas de alguma forma percebiam estas situações em seu meio, sentiram-se mais seguras para debaterem temas.

Os principais temas abordados pelas reportagens e que pelos relatos das usuárias tem grande impacto nas suas relações familiares foram a dependência química, seja pelo álcool, crack dentre outras drogas; a violência de uma forma geral nas ruas, em casa, na escola, o *bullying*²¹; conflitos familiares, geracionais, questões de abandono; desigualdades sociais, exclusão social.

²¹“Comportamentos agressivos e anti-sociais [...]. Sem termo equivalente na língua portuguesa, define-se universalmente como um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento bullying” (FANTE, 2005, p. 28 e 29).

A partir das atividades compreende-se que a grande maioria das usuárias percebe a dependência química em seu cotidiano, seja no caminho da escola, do trabalho, na casa de um vizinho, ou em sua própria casa. Sendo o tema mais relevante para elas, e que mais a preocupam, uma vez que todas são mães e percebem estas situações como riscos para seus filhos e sua família. Sobre este tema, destacam que não sabem direito como lidar com estas situações, e que muitas vezes estas situações são apenas o início de outras, como situações de violência intra-familiar.

Verificando-se que a violência, de um modo geral, está presente nos relatos das usuárias. Algo enfrentado cotidianamente, nas ruas, na escola em que o *bullying* é tão freqüente entre crianças e adolescentes. Mas a violência também é percebida em casa, relacionada ao alcoolismo, a questões de gênero, a conflitos de gerações. E o enfrentamento a estas situações sem uma rede de apoio é muito difícil para elas. Pois muitas vezes são dependentes do marido agressor, e não encontram apoio na família. Sobre a questão da violência intra familiar, principalmente a questão de violência contra crianças, seus filhos, verifica-se que a dificuldade de compreensão dos instrumentos de defesa dos direitos destas crianças. Identifica-se através de seus depoimentos que as usuárias não têm o conhecimento sobre o que diz a legislação sobre os seus direitos, não reconhecendo os espaços de proteção a que podem recorrer nestas situações.

Conforme as falas destacadas pelo grupo observa-se a sua percepção do Conselho Tutelar²² e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²³ como instrumentos que vieram restringir a “autoridade” familiar na educação de seus filhos. Em contraponto a este entendimento destacou argumentou-se sobre a nova perspectiva que o ECA e também dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente trazem no sentido de preservar os direitos destes sujeitos. A partir do debate realizado com o grupo foi solicitada a exposição sobre o ECA e a participação de um representante do Conselho Tutelar em uma oficina para esclarecer ao grupo suas funções, seu trabalho e quais os objetivos deste Conselho.

Outra questão muito importante destacada pelo grupo, a partir das reportagens, diz respeito às desigualdades sociais, a miséria, e principalmente a

²²“O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente” (BRASIL, 1990, p.77).

²³ Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990, p.77).

questão do acesso à alimentação, onde a carência na alimentação relaciona-se muitas vezes a problemas de saúde. Sobre este tema também surgiram dúvidas quanto aos critérios para ter acesso ao auxílio alimentação que é viabilizado no CRAS.

Outros temas também foram sugeridos pelo grupo para serem debatidos nas oficinas do projeto, por serem enfrentados em suas relações familiares e em seu cotidiano de forma geral. Tais como: Guarda compartilhada, pensão alimentícia, Lei Maria da Penha²⁴; drogas e adolescência; Sistema Único de Saúde, serviços de saúde, saúde da mulher. Assim, a partir do diálogo com o grupo foram planejadas as atividades a serem desenvolvidas em conjunto com os profissionais e instituições da rede socioassistencial.

Portanto, este momento de escuta e diálogo com as usuárias permitiu a aproximação com os processos sociais que são vivenciados por elas, sendo fundamental para o planejamento das ações, respondendo a demandas concretas do grupo e principalmente pensadas em conjunto este. Acredita-se que este movimento de escuta realizado pela intervenção, deva ser realizado em todo trabalho com grupos, indivíduos, conhecendo sua realidade e garantindo que os temas abordados ou sua ação tenham alcance na vida destes sujeitos. Onde o planejamento das ações neste processo refere-se:

[...] ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender as questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, a decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e as providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e a redefinição da ação (BAPTISTA, 2000, p.13).

A partir desta definição evidencia-se a importância do planejamento de cada ação no processo de intervenção, que envolve tempo, conhecimento sobre os recursos disponíveis na instituição para o desenvolvimento das atividades. Também

²⁴Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. “Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006, p.9).

exige, conforme com os objetivos das atividades, a escolha de leituras e o exercício de reflexão sobre o tema a ser abordado.

Destacando-se que para além do planejamento e execução destas atividades o processo de intervenção exige o acompanhamento destas atividades, a avaliação destas. Pensando na qualidade do trabalho desenvolvido com o grupo, sendo realizado um planejamento detalhado das oficinas, envolvendo dedicação e preparação para coordenar as atividades. Revelando nestas ações o princípio do “[...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (BRASIL, 1993, p. 21).

Tendo em vista o planejamento realizado com o grupo e a identificação dos principais temas e expressões da questão social a serem trabalhadas, na primeira oficina temática explanou-se sobre a Política de Assistência Social. Objetivou-se por meio desta atividade a viabilização do conhecimento às usuárias do grupo de convivência a cerca de seus direitos através da Política de Assistência Social, abordando seus benefícios, programas, projetos, serviços, também dentro da temática falando sobre o CRAS, sobre o papel da Assistente Social na instituição, e por fim abordando os instrumentos de controle social desta política.

Como metodologia adotada para desenvolver o tema foram utilizadas questões norteadoras²⁵ que foram distribuídas em uma folha para cada usuária para que os questionamentos feitos ao grupo possibilitassem a reflexão e o esclarecimento sobre o tema a partir do debate sobre este.

Ao ser realizado o primeiro questionamento ao grupo sobre o conhecimento do que é uma política social, constatou-se pelos olhares apreensivos e pelo silêncio das usuárias que tinham muitas dúvidas sobre o tema. Deste modo explicitou-se inicialmente ao grupo sobre a diferença entre política partidária e política social, para que não houvesse em nenhum momento o entendimento de que estivesse sendo manifestado posicionamento político partidário nesta atividade. Sendo destacada ao grupo que a política social é uma legislação que vem garantir direitos à população. E que a Política de Assistência Social é uma delas.

Ao ser realizado outro questionamento quanto ao que está previsto na Política de Assistência Social, a partir de um reiterado silêncio, verificou-se a dificuldade do

²⁵Ver Apêndice A.

entendimento deste tema pelo grupo. A razão para esta dificuldade pode estar relacionada à trajetória de vida destas usuárias, em que muitas não tiveram acesso à escolarização, e também não tiveram por outro meio o conhecimento sobre este tema. Desta forma procurou-se sistematizar os conceitos da forma mais simples possível, para que pudesse permitir uma melhor compreensão sobre o tema.

Questionando-se o grupo sobre quais são os Programas, Projetos, Benefícios e Serviços da Política de Assistência Social, algumas respostas começaram a surgir. Predominando como Programa o Bolsa Família²⁶, como Benefícios o exemplo do aporte nutricional, das passagens, sobre Projeto destacou-se o PROJOVEM²⁷, sobre serviços não souberam responder.

Deste modo, abordou-se o exemplo do Grupo de Convivência que é compreendido como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado pelo CRAS. A partir destas respostas compreende-se que estes são exemplos fáceis de serem visualizados pelas usuárias, pois estão presentes em seu cotidiano, onde muitas recebem o benefício do Programa Bolsa Família, ou alguma vez já receberam um benefício eventual, também algumas têm seus filhos participando do PROJOVEM, no entanto, ainda é difícil a associação destes exemplos com a política, e a articulação do CRAS e seus serviços com a política.

Também se explanou quanto aos benefícios eventuais estabelecidos na LOAS, sobre o Benefício de Prestação Continuada, sobre os serviços, programas, projetos previstos nesta política, esclarecendo as dúvidas do grupo.

Questionando-se o grupo sobre quem são os usuários da Política de Assistência Social, observou-se o reconhecimento do grupo como usuários desta Política pela associação com os benefícios e serviços que recebem. Quanto ao

²⁶O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. Beneficiando famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2011, *online*).

²⁷O Projovem faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Criado pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Sendo implementado pelo Governo federal em parceria com os municípios. Como critérios para o desenvolvimento deste programa no município destaca-se: “a habilitação do município nos níveis de gestão básica ou plena do SUAS; possuir CRAS em funcionamento – independente se o financiamento é do município ou da União – e no cadastro no Censo CRAS; apresentar demanda mínima de 40 jovens de 15 a 17 anos, pertencentes à famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família” (BRASIL, 2008, *online*).

CRAS, percebeu-se pelas falas que o entendimento que o grupo tinha até então é de que este era um órgão criado pelo governo, que disponibilizava cursos de qualificação, benefícios. Tendo uma imagem muito positiva sobre a instituição, no entanto não compreendiam o CRAS como integrante de uma política social com continuidade em suas ações independente de governo.

Deste modo, explanou-se ao grupo que esta é uma instituição pública que faz parte da Política de Assistência Social, e que conforme estabelece esta política o CRAS desenvolve diversos serviços, de acolhimento, de convivência, de acompanhamento as famílias, encaminhamento de benefícios, articulando-se com a rede socioassistencial, dentre outros.

Ao questionar-se o grupo sobre como percebem a execução desta política, proporcionou-se um intenso debate entre o grupo, onde as usuárias opinaram sobre como vêem a forma de atendimento não só da Política de Assistência Social, mas como na Política de Saúde, de Educação. Os relatos trazidos por elas referem-se ao descaso como são tratadas as pessoas mais vulneráveis, quando procuram estes serviços, como se estivessem solicitando favores aos profissionais que atuam na execução da política. Constatando-se pelos depoimentos que embora as legislações sociais tenham avançado para garantir o acesso a direitos, ainda verificam-se práticas discriminatórias dos usuários nas instituições, não reconhecendo seus direitos garantidos pelas políticas sociais.

Ao longo do debate sobre a Política de Assistência Social surgiram diversas outras dúvidas referentes à forma de seleção dos usuários para receber benefícios, para participarem de grupos de geração de trabalho e renda, dentre outros. Então foi explicado ao grupo sobre os critérios definidos pela política de Assistência Social e pelo município através de legislação específica, para o recebimento de benefícios eventuais, explanando-se sobre a questão dos recursos da Assistência Social, também sobre o Fundo Municipal de Assistência Social.

Questionando-se o grupo sobre qual o papel do Assistente Social no processo de execução da Política, as respostas trouxeram vários exemplos de encaminhamentos feitos pela Assistente Social na instituição. Assim, abordou-se sobre a importância do Assistente Social nos diversos espaços de atuação, trabalhando na garantia de direitos a população usuária. E que ao estar inserido em uma instituição vinculada a Política de Assistência social deve seguir os princípios

éticos estabelecidos também pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS atuando em favor da:

Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais; [...] Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras); Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção; [...] (BRASIL, 2006, p. 14).

Salientando-se a cerca do conhecimento deste profissional sobre as legislações sociais e o seu papel de orientar a população usuária sobre os serviços, benefícios, enfim sobre os direitos que são garantidos pelas políticas sociais.

Questionou-se o grupo sobre o acesso ao conhecimento a política de Assistência Social anteriormente, seja por palestra, legislações disponibilizadas, meios de comunicação, entre outros. Tendo sido observado respostas unânimes enfatizando o não conhecimento sobre a política anteriormente. Estas respostas destacam a importância da criação de espaços de debate e esclarecimento aos usuários sobre seus direitos para que possam reivindicá-los. Revelando ainda, os limites presentes no acesso a informações a cerca desta política para o para a efetivação de direitos.

Também questionou-se o grupo sobre a hipótese de sua participação no processo de planejamento desta política. Verificando-se pelos olhares surpresos com a pergunta feita e pelos sorrisos revelando certa ironia, que não acreditavam que fosse possível sua participação nos processos de planejamento da política. Então, questionou-se o grupo sobre como acreditavam que era realizado este planejamento, por quem? Percebendo-se pelas respostas a idéia de um planejamento centralizado, elencando como as pessoas responsáveis por este planejamento, o prefeito, ou vereadores, e mesmo o Presidente da República. Desta forma, esclarecendo as dúvidas do grupo, explanou-se sobre o processo de gestão da política de Assistência Social. Abordou-se também sobre os principais instrumentos de Controle Social da Política que compreendem os Conselhos de Assistência Social, a Conferência Municipal de Assistência Social e o Plano de Assistência Social.

Através das questões relacionadas ao controle social e a fiscalização no planejamento e desenvolvimento da política, constatou-se pelas respostas do grupo o desconhecimento dos espaços e instrumentos de participação na gestão da política. Sinalizando-se a importância do processo de esclarecimento destas questões para o reconhecimento do grupo como parte deste processo de gestão, exercendo o direito de participar na elaboração e escolha das atividades, dos serviços oferecidos nas instituições através da política de Assistência Social.

Sendo assim, acredita-se que este momento proporcionou o reconhecimento do grupo como sujeitos de direitos. A partir da sistematização das informações sobre o tema, argumentando-se através das legislações. Proporcionando uma maior segurança ao grupo, para através deste conhecimento sobre a Política de Assistência Social vir a reivindicar seus direitos, que até então não eram compreendidos.

Dando continuidade as oficinas temáticas do projeto de intervenção, e respeitando as propostas de temas sugeridas pelo grupo foram articuladas duas participações de profissionais que atuam na rede socioassistencial com o intuito de promover a articulação desta rede conforme prevê a LOAS visando um atendimento integral das demandas do grupo buscando a universalização dos direitos sociais, contribuindo para o exercício de cidadania destas usuárias.

A primeira profissional convidada a participar das atividades desenvolvidas no processo de intervenção com o grupo Mãos Dadas foi uma enfermeira que atua em uma unidade de saúde do município, possuindo grande experiência no desenvolvimento de serviços relacionados à saúde da mulher. Por meio desta atividade objetivou-se a viabilização do conhecimento as usuárias do grupo de convivência Mãos Dadas a cerca dos serviços disponíveis pelo Sistema Único de Saúde e seus direitos através da Política de Saúde. Esta foi uma demanda apontada pelas usuárias do grupo uma vez que possuíam muitas dúvidas sobre os exames disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), os serviços que estão a sua disposição para atendê-las.

A fala desta profissional foi esclarecedora para o grupo, sendo que este participou ativamente no debate questionando sobre suas dúvidas e tendo acesso ao conhecimento sobre questões relacionadas à saúde de seu corpo, discutindo a importância da prevenção de doenças como o câncer de mama, câncer do colo do útero, doenças sexualmente transmissíveis.

Também, contribuindo no diálogo com a profissional, ao grupo ressaltou-se a importância da Política de Saúde, e a relevância do acesso ao SUS uma vez que é um sistema público, universal para o atendimento das necessidades de saúde de todos conforme prevê a Lei 8.080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Verificou-se através desta experiência com o grupo a articulação da Política de Assistência Social e a Política de Saúde atendendo a uma demanda das usuárias. Observando-se neste processo a intersetorialidade enquanto uma premissa da LOAS na efetivação dos direitos sociais. Também sinalizando-se a complementaridade destas duas políticas na constituição da Seguridade Social Brasileira.

A segunda profissional convidada que teve participação nas atividades desenvolvidas com o grupo Mãos Dadas foi uma advogada que atua na Associação de Mulheres de São Borja, possuindo longa experiência profissional na área de Direito da Família. Esta atividade foi articulada com o intuito de promover o acesso ao conhecimento sobre a instituição em que esta profissional atua, sendo um espaço oferta diversos serviços à comunidade, como oficinas de geração de trabalho e renda, grupos de convivência para mulheres vítimas de violência, assessoria jurídica, dentre outros. Sendo importante a fala desta profissional ao grupo para o esclarecimento de suas dúvidas sobre diversos temas que envolvem o seu cotidiano de trabalho.

Através da articulação com esta profissional foram prestadas orientações ao grupo sobre a Defensoria Pública que é um direito de todo cidadão, destacando-se a importância da procuradora a este recurso para obtenção de informações sobre questões jurídicas e para buscar-se judicialmente o atendimento e solução de seus conflitos. Também se proporcionou ao grupo o conhecimento sobre a Associação de Mulheres, abordando os serviços oferecidos nesta organização, bem como por meio desta oficina temática desenvolveu-se o diálogo com a profissional para responder as suas dúvidas do grupo.

Constituindo-se em uma experiência muito produtiva ao grupo, em que todas as usuárias participaram da atividade através de questionamentos a profissional e obtiveram o conhecimento sobre os procedimentos jurídicos e sobre as legislações que versam sobre os Direitos da Família, Direitos da Criança e do Adolescente. Sendo respondidas questões que envolvem guarda compartilhada dos filhos, pensão

alimentícia, partilha de bens em caso de separação judicial e em casos de união estável, questões relacionadas à adoção. Também respondendo a questões relacionadas à violência Intra familiar, e também sobre a Lei Maria da Penha. Esclarecendo dentre outras dúvidas sobre situações de moradia, sobre venda e partilhas de imóveis. Sendo abordados diversos temas, possibilitando ao grupo o esclarecimento sobre questões que envolvem suas relações familiares, comunitárias, e que afetam diretamente suas vidas.

Neste sentido, através da articulação com outros profissionais que atuam na rede socioassistencial proporcionaram-se ao grupo orientações no sentido de instrumentalizá-lo para reivindicar seus direitos e realizar o exercício de cidadania. Ampliaram-se os espaços de socialização de informações e a participação dos usuários nas decisões das atividades desenvolvidas no projeto de intervenção.

Finalizando o processo de intervenção com o grupo na última oficina desenvolveu-se a avaliação final do Projeto de Intervenção. Com o objetivo de dimensionar o alcance dos objetivos do projeto de intervenção e avaliar o caminho percorrido neste processo pelo grupo.

Utilizou-se como metodologia nesta intervenção uma dinâmica de grupo que possibilita a integração e comunicação do grupo exteriorizando suas representações, percepções através de desenhos. Para realização desta dinâmica sugeriu-se que o grupo desenhasse em uma folha a imagem de um pé representando a caminhada do grupo, de uma mão representando o que o grupo lhe oferece e de um coração representando os sentimentos em relação ao grupo. Escrevendo sobre cada desenho algo que os representasse.

A partir da apresentação de cada usuária sobre a sua percepção em relação ao grupo através dos desenhos, foi possível compreender a sua trajetória percorrida com o grupo e o alcance dos objetivos da intervenção do Serviço Social. A análise será apresentada no próximo item deste capítulo em que serão feitas considerações sobre o processo de intervenção em Serviço Social desenvolvido junto ao grupo Mãos Dadas.

4.2 Reflexões sobre o processo de intervenção profissional do Serviço Social junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas

Neste item do trabalho serão tecidas reflexões sobre o processo de intervenção em Serviço Social junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas analisando o desenvolvimento do projeto de intervenção segundo seus objetivos. Também serão apresentadas proposições que indicam os limites e possibilidades enfrentados para o desenvolvimento das estratégias conforme objetivos da intervenção.

Como fontes de informações que embasam a análise do desenvolvimento do projeto de intervenção, foram utilizados os relatórios produzidos através monitoramento²⁸ das atividades em cada oficina, a partir da observação e da escuta, bem como dos relatos do grupo durante o desenvolvimento da intervenção.

Analisando as estratégias de intervenção planejadas e desenvolvidas através das oficinas, para o alcance do objetivo geral²⁹ do projeto de intervenção, entende-se que estas possibilitaram a aproximação com a realidade vivenciada pelos usuários, e a identificação das expressões da questão social a serem trabalhadas com o grupo. Sendo utilizados neste processo de intervenção como instrumentos para possibilitar esta identificação, dinâmicas de grupo, entrevistas individuais e coletivas em que se primou pelo acolhimento e escuta sensível aos relatos do grupo. Destacando-se que:

Na metodologia de trabalho com grupos e famílias o espaço de acolhimento é fundamental, não há acolhimento sem que o sujeito possa ser compreendido no emaranhado de suas relações sociais. [...] Um espaço de escuta e uma espaço de fala será propiciado e construído numa relação de horizontalidade na qual é imprescindível o diálogo, o respeito às singularidades e a valorização dos projetos de vida das pessoas [...] (FERNANDES, 2006, p. 147).

Deste modo, a metodologia utilizada nas oficinas, pelo acolhimento, escuta ao grupo, pela aproximação com os processos sociais vivenciados, permitiram o fortalecimento de espaços de debate e a participação dos usuários na tomada de

²⁸“O monitoramento diz respeito à observação regular e sistemática do desenvolvimento das atividades, do uso de recursos e da produção de resultados” (ARMANI, 2006, p. 69).

²⁹“A viabilização do acesso ao conhecimento acerca dos direitos garantidos pelas políticas sociais as usuárias do Grupo de Convivência de mulheres para o fortalecimento de suas potencialidades na construção de projetos individuais e coletivos de enfrentamento e de superação de situações de vulnerabilidade social que vivenciam” (GUIMARÃES, 2011, p. 4).

decisões do projeto de intervenção, consolidando uma prerrogativa do projeto profissional ético-político do Serviço Social, ampliando-se os espaços de socialização de informações e de participação dos usuários nas decisões das atividades desenvolvidas nas instituições.

Detendo-se a verificação do alcance do primeiro objetivo específico³⁰ do projeto de intervenção, observa-se que as estratégias de intervenção potencializaram espaços de expressão coletivos, através de momentos de reflexão, de questionamentos e fortalecimento de resistências pelo acesso ao conhecimento as usuárias do grupo sobre os direitos garantidos pelas políticas sociais. Abordando especificamente sobre os benefícios, programas, projetos, serviços, das políticas de Assistência Social e de Saúde, e também sobre os instrumentos de controle social destas políticas. Destacando no desenvolvimento das atividades com o grupo o trabalho intersetorial³¹, em que ocorreu o diálogo da política de Assistência Social com outras políticas.

Também visando atender as demandas do grupo de uma forma integral, primou-se na intervenção pelo desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar³², na articulação dos profissionais do CRAS, dentre eles psicólogos, assistentes sociais, em conjunto com outros profissionais que atuam na rede socioassistencial, como enfermeiros, advogados.

Na verificação do alcance do segundo objetivo específico³³ do projeto, a partir das estratégias de intervenção desenvolvidas, utilizou-se as informações trazidas na avaliação final do projeto de intervenção realizada na última oficina do projeto em conjunto com o grupo, de onde se pode extrair a partir da fala dos usuários a sua percepção sobre o processo vivenciado com o grupo.

³⁰“O desenvolvimento de oficinas que possibilitassem ao grupo espaços de debate e reflexão a cerca da Política de Assistência Social, bem como as demais políticas sociais para a ampliação do acesso a benefícios e serviços destas políticas pelos usuários” (GUIMARÃES, 2011, p.4).

³¹“A intersetorialidade se refere à articulação entre setores e saberes, para responder de forma integrada a um objetivo comum. [...] Possibilita a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para produzir efeitos mais significativos na vida da população, respondendo com efetividade a problemas sociais complexos” (BRASIL, 2009, p. 28).

³²“A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que eleger uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum” (BRASIL, 2009, p. 67).

³³“A potencialização de troca de experiências, socialização e convivência comunitária para o fortalecimento de vínculos que oportunizam maior articulação do grupo na busca de seus direitos” (GUIMARÃES, 2011, p.4).

Sendo destacado pelas usuárias em relação ao processo vivenciado com o grupo a partir das estratégias de intervenção desenvolvidas: o conhecimento adquirido sobre seus direitos, a motivação pela diversidade de atividades, o fortalecimento dos vínculos de amizade e solidariedade entre o grupo, bem como o seu fortalecimento a partir do conhecimento adquirido para buscar serviços e atendimento para situações que antes não sabiam como enfrentar.

Portanto, a partir do entendimento exposto pelo grupo afirma-se que as estratégias de intervenção contribuíram para o alcance dos objetivos da intervenção, uma vez que as atividades e técnicas utilizadas na intervenção possibilitaram o diálogo, a interação, a troca de experiências entre o grupo, fortalecendo os vínculos comunitários, revelando conforme os seus depoimentos uma maior articulação e identificação do grupo para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social.

Assim avalia-se que as ações planejadas e desenvolvidas com a intervenção, responderam através da viabilização do conhecimento a cerca dos serviços disponíveis pela rede socioassistencial e pelas políticas sociais - que se constituem enquanto direitos de sua população usuária - a muitas das expressões da questão social manifestadas pelo grupo, sejam elas, a exclusão social, a dependência química, a violência intra-familiar, a precariedade de habitação, saneamento básico, dentre outras.

Também pela intervenção articulou-se os objetivos do PAIF e de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, trabalhando-se na prevenção da ruptura de vínculos comunitários e familiares, contribuindo para o acesso a direitos, como estratégia para a superação de situações de vulnerabilidade.

No entanto, neste momento que se detém a análise do processo de intervenção realizado torna-se necessário fazer uma avaliação crítica quanto aos fatores limitantes ao desenvolvimento do trabalho planejado, dificultando a efetividade³⁴ da intervenção com o grupo.

O primeiro fator refere-se ao tempo disponível através do estágio para a realização da intervenção. Pois, embora se tenha conseguido identificar as

³⁴«A avaliação da efetividade diz respeito, mais propriamente, ao estudo do impacto do planejamento sobre a situação, à adequação dos objetivos definidos para o atendimento da problemática objeto da intervenção, ou melhor, ao estudo dos efeitos da ação sobre a questão objeto do planejamento.[...] A avaliação da efetividade questiona a proposta, os objetivos e a ação desenvolvida, não em termos de sua capacidade de execução, mas em termos de sua capacidade de dar respostas adequadas ao desafio posto pela realidade por inteiro (cobertura), no limite do âmbito da intervenção da ação planejada” (BAPTISTA, 2000, p.120).

expressões da questão social, não foi possível atender, a partir das estratégias e objetivos propostos com a intervenção a todas as demandas apresentadas pelo grupo devido ao pouco tempo de duração do projeto.

Sendo destacada a necessidade de um trabalho continuado com o grupo, no desenvolvimento de ações por outros técnicos, e estagiários no atendimento as demandas manifestadas no grupo. Abordando principalmente os direitos da criança e do adolescente e os instrumentos de defesa destes, como o ECA, Conselhos de Direitos, uma vez que a violência intra familiar foi identificada como uma das principais expressões da questão social a ser trabalhada com o grupo e que a intervenção realizada não conseguiu abranger em sua totalidade.

O segundo fator refere-se aos interesses políticos partidários e as relações de poder que são estabelecidas pelos gestores nas instituições, e que muitas vezes limitam a efetividade do trabalho planejado pelo projeto de intervenção no atendimento as expressões da questão social apresentada pelo grupo.

Identificando-se também nas instituições como fator limitante ao processo de intervenção a fragilidade dos vínculos de trabalho dos técnicos de referência que atuam na Política de Assistência Social. Evidenciando-se um constante remanejamento de profissionais da rede socioassistencial que fragiliza o desenvolvimento de um trabalho planejado em conjunto pelas instituições.

Sendo observada com a intervenção a necessidade da articulação dos serviços de proteção social básica desenvolvidos no CRAS e os serviços de proteção social especial desenvolvidos pelo CREAS, e que não foi possível realizar no tempo de duração do projeto, pelo remanejamento de profissionais na instituição. Entretanto, a partir da identificação desta necessidade também se possibilita a construção de novas estratégias de intervenção aos profissionais que irão continuar o atendimento aos usuários nestas instituições.

Ainda, como um dos fatores limitantes mais relevantes para o desenvolvimento das atividades, conforme o planejamento da intervenção está a falta de capacitações e formação técnica aos profissionais e gestores da Política de Assistência Social para a melhor qualidade de seu trabalho na garantia de direitos à população usuária desta política. Pois, o não entendimento sobre o que prevê esta política, sobre os seus princípios, objetivos, dificulta o trabalho dos profissionais e a sua articulação para a efetiva garantia de direitos.

Sendo assim, entende-se que o processo de estágio enquanto espaço de aproximação direta com o cotidiano de trabalho do Assistente Social possibilitou a percepção dos diversos interesses em disputa que permeiam as instituições e as relações de trabalho do Assistente Social, e os fatores que algumas vezes limitam o processo de intervenção e o atendimento aos usuários na garantia de seus direitos.

Todavia, fazendo um balanço entre os limites e possibilidades apresentados no processo de intervenção desenvolvido junto ao grupo de Convivência Mãos Dadas, acredita-se que prevaleceram as possibilidades enquanto estratégias e iniciativas desenvolvidas no sentido de transformar a realidade apresentada a partir do projeto profissional do Serviço Social, contribuindo no fortalecimento da rede socioassistencial do município de São Borja, buscando uma intervenção integrada com outras políticas sociais visando atender de forma mais abrangente as demandas dos usuários e permitindo que o acesso aos seus direitos fossem ampliados através do conhecimento agregado ao grupo.

Assim, refletindo sobre o processo vivenciado junto ao grupo de Convivência por meio do estágio em Serviço Social, acredita-se que estes momentos tenham o significado de um grande amadurecimento enquanto pessoa e futura profissional. Em que o processo interventivo possibilitou maior atenção para perceber o conhecimento de vida, de luta e resistência transmitido pelas falas dos usuários. Também o envolvimento com o grupo possibilitou humanização para sensibilização com os processos vivenciados por estas pessoas. E a partir da escuta, da observação, aproximação com a realidade enfrentada cotidianamente pelos usuários tenha me permitido enquanto profissional traçar em conjunto com o grupo estratégias de enfrentamento destas questões, utilizando-se de todo conhecimento adquirido pela formação profissional em Serviço Social.

Considerações Finais

Torna-se relevante neste espaço do Trabalho de Conclusão de Curso a sinalização de algumas considerações a cerca das análises e reflexões construídas no âmbito da Política de Assistência Social e das estratégias de intervenção em Serviço Social, desenvolvidas junto ao grupo Mãos Dadas.

Em vista da análise realizada a cerca do processo histórico de constituição da Política de Assistência Social, observam-se a partir da Constituição Federal de 1988, conquistas através de legislações para a consolidação da Assistência Social como uma política de Estado. Visualizando-se na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o estabelecimento de diretrizes, objetivos e princípios ao desenvolvimento desta política. Sendo afirmados através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) níveis de proteção e um conjunto de seguranças aos usuários por meio de suas ações.

Regulamentando-se no âmbito da Assistência Social a partir da Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) critérios para a gestão e desenvolvimento de suas ações pelos estados e municípios. Primando-se por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOBRH SUAS) pela qualidade dos serviços prestados a população, através da gestão do trabalho no âmbito da Política de Assistência Social. Rompendo por meio destas legislações com o modelo assistencialista caracterizado por ações pontuais, fragmentadas, e clientelistas, que marcaram sua gênese, para afirmar-se enquanto um direito à população.

Entretanto, a partir do estudo realizado a cerca da implementação da Política de Assistência Social no CRAS Passo em São Borja, desenvolvido por meio do estágio em Serviço Social realizado nesta instituição, considera-se a necessidade de um melhor planejamento e gestão de suas ações conforme os objetivos, e critérios estabelecidos pelas legislações que versam sobre esta política, para o melhor desenvolvimento de seus serviços, de modo que contribuam efetivamente para a garantia de direitos e exercício de cidadania dos usuários.

Identificando-se, a partir do desenvolvimento do estágio em Serviço Social e das estratégias de intervenção desenvolvidas junto ao Grupo de Convivência Mãos Dadas, o papel fundamental dos usuários no processo de análise sobre a

implementação das políticas sociais. Considerando-se neste processo a percepção dos usuários, principalmente no que diz respeito à maneira como são atendidos no desenvolvimento do trabalho institucional. Sendo importante esta identificação para trabalhar e transformar a realidade institucional na perspectiva da garantia de direitos.

Analisando o desenvolvimento das estratégias de intervenção, quanto à otimização dos recursos disponíveis, e a qualidade do trabalho desenvolvido para o alcance de seus objetivos, acredita-se que as estratégias planejadas e desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento das potencialidades do grupo no enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas, a partir do conhecimento transmitido a cerca de seus direitos. Primando-se neste processo pela busca por novos conhecimentos, no comprometimento técnico com a qualidade das ações, através do planejamento e execução das atividades com o grupo. Destacando-se também o empenho na articulação com outros profissionais e políticas sociais por meio da intervenção realizada.

No entanto, é necessário destacar que o processo de intervenção no exercício profissional do Assistente Social, é atravessado por interesses contraditórios, em constante disputa. Encontrando algumas barreiras para o seu desenvolvimento. Que constituem-se enquanto desafios a serem superados pelos profissionais, através da defesa das conquistas legais que afirmam a Assistência Social como uma política pública, não contributiva, a ser prestada a quem dela necessitar.

Buscando-se a desprecarização dos espaços e vínculos de trabalho dos profissionais que atuam na Política de Assistência Social. Defendendo-se a qualificação técnica no exercício profissional, para o melhor desenvolvimento das ações desta política. Na defesa dos interesses e direitos de sua população usuária, conforme os preceitos do projeto profissional ético-político dos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo Belmonte de; PRATES, Jane Cruz; REIS, Carlos Nelson. Metodologia da pesquisa para Populações de Ruas: alternativas de enfrentamento pelo Poder Local. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 64, p. 135-164, nov. 2000.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?:** guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. 7. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social – Intencionalidade e Instrumentação**. 3. ed. São Paulo: Veras, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Biblioteca Jurídica**. São Paulo: Editora Online, v.7, 2009.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: Coletânea de Leis Revista e Ampliada. CRESS 10ª REGIÃO. 2005.

_____. **Resolução CFESS nº 273**, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. In: Coletânea de Leis Revista e Ampliada. CRESS 10ª REGIÃO. 2005.

_____. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: Coletânea de Leis Revista e Ampliada. CRESS 10ª REGIÃO. 2005.

_____. **Portaria nº 78**, de 8 de abril de 2004. Estabelece diretrizes e normas para a implementação do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/.../portarias/2004/Portaria%20no%2078-%20de%208%20de%20abril%20de%202004.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

_____. **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistenciasocial/protecao_basica/cras/documentos/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca-1.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

_____. **Resolução nº 130**, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e dá providências. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Norma%20Operacional%20Basica%20do%20Suas.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

_____. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

_____. **Resolução nº 269**, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social e dá providências. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Norma%20Operacional%20de%20RH_SUAS.pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

_____. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

_____. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. Brasília: [s.n.], 2009.

_____. **Lei nº 12.435**, de 6 de Julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Demonstrativo de Habilitação dos Municípios**. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas/arquivos/DemonstrativoHabilitacaoMunicipiosAbril2011.pdf/view?searchterm=n%C3%ADvel%20de%20gest%C3%A3o%20de%20s%C3%A3o%20borja>>. Acesso em: 28 de dez. 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COIMBRA, M. A. et al. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema Único da Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: AGUINSKY, Beatriz; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **O Sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 31-44.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas [et al]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez 2010. p. 32-65.

FANTE, Cleo. **Fenômeno *Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Veruz, 2005.

FERNANDES, Idília. Dialética da instrumentalidade: abordagem grupal e familiar na perspectiva da Assistência Social. In: AGUINSKY, Beatriz; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 135-151.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FONTELE, Iolanda Carvalho. A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais. **Sociedade em Debate**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, v. 13, n. 2, p. 1-190, jul./dez. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, M. Camila. **Projeto de intervenção:** Assistência Social e a Efetivação de Direitos Junto ao Grupo de Convivência de Mulheres do Bairro do Passo. São Borja: [s/n], 2011.

GONÇALVES, Ana Maria; PERPÉTUO Chiodo. **Dinâmicas de Grupo na Formação de Lideranças.** Disponível em: <<http://www.pucrs.br/mj/subsidios-dinamicas-02.php>>. Acesso em: 15 de jun. 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico Ano de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JACOBY, Márcia; Sperotto, Neila; TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Processos de Trabalho IV.** Canoas, Ed. ULBRA, 2003.

KONOPKA, Gisela. **Serviço Social de grupo:** um processo de ajuda. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Minidicionário Luft.** [s.n]: Editora Ática, 2002.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, p. 161-196, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social:** temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTAL DA PREFEITURA DE SÃO BORJA. Disponível em: <http://www.saoborja.rs.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=68&Itemid=31>. Acesso em: 15 de dez. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SÃO BORJA. Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania. **Censo Suas**. São Borja: SMTASC/CRAS PASSO, 2010. (mimeo)

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Especificidade e Intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 77, p. 31-53, mar. 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho interdisciplinar no CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**. Porto Alegre: [s.n], v. 9, n. 2, p. 286-297, ago./dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Sistema de bibliotecas. **Manual para elaboração e normatização de trabalhos acadêmicos – conforme normas da ABNT**. Bagé: [s.n.], 2010.

APÊNDICE A - Questões Norteadoras de Oficina Temática

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SEUS DIREITOS

1. Você tem o conhecimento sobre o que é uma Política Social?
2. Você sabe o que está previsto na Política de Assistência Social?
3. Quem são os usuários desta Política?
4. Quais seus Programas, Projetos, Benefícios e Serviços?
5. Você sabe o que são Benefícios Eventuais?
6. Já utilizou algum destes benefícios?
7. Qual entendimento você tem sobre o CRAS?
8. O que é? O que oferece aos seus usuários?
9. Como você percebe a execução desta Política?
10. Qual o papel do Assistente Social neste processo?
11. Já teve acesso ao conhecimento sobre esta Política antes, seja por palestras, legislações, meios de comunicação, dentre outros?
12. Você entende que possa participar do processo de planejamento desta Política?
13. Como você entende que é feito este planejamento? Por quem?
14. Você sabe o que é o Conselho de Assistência Social e qual a sua função?
15. Você já participou de alguma reunião do Conselho de Assistência Social? Gostaria de participar?
16. E sobre a Conferência de Assistência Social, você sabe qual o seu objetivo?
17. Já participou de alguma Conferência de Assistência Social? Gostaria de participar?
18. Qual a importância que esta Política tem em sua vida?
19. Qual a sua compreensão sobre esta Política após a realização desta oficina?